

9) apresentarem-se como mais frequente nas faixas elevadas de estabilidade pelo fato de agregarem mais frequentemente indivíduos de baixa idade⁴⁶. No capítulo II (item 4.4), foi visto que do total de ocupados na faixa etária 10/14 anos, 36,2% pertencem ao grupo 9) e 19,6% ao grupo 16). Dos ocupados na faixa de idade de 15/17 anos, 27,4% pertence ao grupo 16) e 14,9% ao grupo 9).

Talvez uma forma de melhor detectar os precários da Teórica Dual no que diz respeito à estabilidade, fosse avaliar os índices de estabilidade por ocupações da indústria de transformação, como fez OLIVEIRA (1989). Contudo, essa postura metodológica não será adotada aqui, já que a preocupação é o conjunto dos ocupados na RNE. Será analisado as médias do índice de estabilidade por grupo ocupacional, o que parece contribuir para melhor elucidar os questionamentos aqui levantados.

⁴⁶ Lembrar que o índice utilizado é inversamente proporcional à idade média do segmento ao qual o indivíduo pertence.

Índices Médios por grupo ocupacional
para RMS - 1987/89

Média Global = 0,13

GRUPO OCUPACIONAL	N	Índice Médio	Desvio
Empresariais			
1) Empresários	1299	0,19	0,04
2) Gerência e Dir. sup.	1335	0,17	0,04
Execução			
3) Prof. nível superior	1815	0,22	0,09
4) Qualif. da Produção	2173	0,13	0,01
5) Outros Qualificados	2023	0,17	0,06
6) Semiquail. Produção	2814	0,19	0,06
7) Semiquail. Manuten.	4676	0,13	0,00
8) Semiquail. Vendas	2328	0,09	-0,04
9) Semiquail. Autônomo	4766	0,13	0,00
10) Mão Qualificados	2448	0,08	-0,03
Apoio			
11) Serviços Utilid (1)	1424	0,20	0,07
12) Escritórios	5559	0,16	0,03
13) Serviços Gerais I	4128	0,10	-0,03
14) Serviços Gerais II	2576	0,11	-0,02
15) Serviços Domest I	3387	0,11	-0,02
16) Serviços Domest II	7204	0,10	-0,03
17) Mal Definidos	4139	0,10	-0,03

$F = 203,49$

$\text{Eta} = 0,24$

FONTE: FED/RMS, Setrab/Seade/Diasee/Sine/Ufba. Cálculos nossos.
(1) Inclui apenas os serviços de utilidade pública.

De grupos ocupacionais 3) Prof. nível superior; 11) Serviços Utilidade Pública; 1) Empresários e 5) Outros Qualificados destacam-se por apresentarem índices mais elevados. Isso, portanto, reforça a posição de que as ocupações no topo da hierarquia (ocupações técnicas e científicas) estão associadas ao mercado primário de trabalho, onde o investimento em capital humano inibe as dispêndes com o fito de baratear os custos com a mão-de-obra. Portanto, a estabilidade é uma característica de alguns grupos ocupacionais não sendo muito relevante para outros.

Além disso, a estabilidade também parece ser uma característica dos segmentos de atividade econômica. A distribuição dos ocupados por

segmento econômico segundo a estabilidade no serviço revela que os segmentos que apresentam um maior contingente de indivíduos nas faixas superiores de estabilidade são em primeiro lugar, o segmento 6) Serviços Públicos, Administrativos, etc., seguido do segmento 1) Agricultura e do segmento 2) Indústrias de transformação e serviços especializados. No que tange a indústria de transformação, a estabilidade de uma parte de seus ocupados tem a ver com os investimentos em capital humano através de cursos de treinamentos, aperfeiçoamento, etc⁴, convergindo, portanto, para a explicitação do fenômeno abordado na Teoria Dual.

A agricultura, entretanto, é um caso à parte. O trabalho na agricultura começa muito cedo. O menor começa a trabalhar ainda bem jovem para ajudar os pais, portanto, um trabalho geralmente familiar. Isso influencia de forma diferenciada as variáveis que compõem o índice de estabilidade. Por um lado, o tempo de serviço é alto e por outro, é baixa o nível de idade. O ponderador M_1/M_2 não consegue minimizar esse efeito. Assim, as conclusões acima mencionada sobre a relação estabilidade rendimentos não são extensivas para esse segmento econômico.

Distribuição da população ocupada por faixa de estabilidade no serviço segundo o segmento econômico para a RMS - 1987/89

ÍNDICE	SEGMENTO ECONÔMICO						
	1 AGRIC	2 IT. SE	3 IT. CB	4 C.CIV.	5 FC, SNE	6 S. PUB	7 S. DOM
Menos 0.02	12.6	15.2	24.0	50.2	23.7	9.1	32.4
0.02 - 0.05	10.1	18.8	20.0	17.4	19.2	8.9	20.5
0.05 - 0.10	11.4	17.2	19.8	10.7	18.8	13.4	16.3
0.10 - 0.15	6.9	11.9	11.0	6.0	11.8	11.8	9.0
0.15 - 0.20	8.8	9.3	6.9	4.4	7.9	11.5	5.9
0.20 - 0.25	4.0	6.1	5.8	2.9	4.9	10.2	3.9
0.25 - 0.30	5.0	6.3	4.2	2.3	4.3	7.7	2.7
0.30 - 0.40	9.2	7.4	4.6	2.6	3.1	11.7	3.9
0.40 - 0.60	16.3	3.6	2.3	2.8	4.1	13.2	8.2
0.60 - 1.00	15.7	0.3	0.3	0.7	0.7	1.8	1.2
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

4) Isso já foi reavaliado, esses elementos não foram objetos de avaliação empírica já que a base de dados não permitia. Entretanto, é uma racionalização lógica no contexto dos subsídios disponíveis.

2.3 Jornada de Trabalho e Rendimentos

A jornada de trabalho realizada pelos ocupados é um aspecto relevante a ser considerado em estudos sobre o mercado de trabalho. Ao longo do tempo a jornada vem sendo objeto de negociações coletivas, sendo regulamentada em lei pelo governo. Notadamente nos países desenvolvidos o número de horas trabalhadas sofreu uma progressiva redução nos últimos anos, tendo em vista principalmente a atuação do movimento sindical. ODEDEC⁴² observa "que nos países latino-americanos os trabalhadores continuam realizando extensas jornadas de trabalho, sendo que certos segmentos de trabalhadores e alguns setores produtivos ainda mantêm parte expressiva de sua mão-de-obra, realizando jornadas de trabalho superiores a 48 horas".

No Brasil, a jornada de trabalho institucional passa de 48 horas semanais para 44 horas em novembro de 1988 com a promulgação da nova Constituição pela Assembleia Nacional Constituinte, sendo no entanto, flexível para alguns grupos ocupacionais cujas características no trabalho exigiam uma carga horária menor.

Com o fito de investigar se o número de horas trabalhadas tem uma relação direta com os rendimentos, como poderia se depreender intuitivamente, foi realizado alguns testes para captar o fenômeno.

42 ODEDEC (1989), p. 357.

Horas médias trabalhadas por faixa de Rendimento em salários mínimos na RMS - 1987/89 (1)

Média Global = 45,07

Faixa de Rendimento (Em S.M.)	N	HORAS TRAB. (em hs/sem)	DESVIO
Até 1/2	9121	39,32	-5,77
+ 1/2 a 1	5156	44,69	-0,18
+ 1 a 2	13948	45,94	0,88
+ 2 a 3	7755	46,40	1,35
+ 3 a 5	9150	46,73	3,66
+ 5 a 15	10275	45,14	0,28
+ 15 a 25	2052	44,84	-0,27
+ 25 a 50	1246	42,02	-3,05
+ de 50	333	46,85	1,80
F = 19,96		Eta = 0,05	

FDNTE: PED/RMS. Setrab/Seade/Diasee/Sine/Ufba. Cálculos nossos.
(1) Refere-se ao total de horas semanais trabalhadas.

A exploração das principais características dessas profissionais que trabalham regularmente nos seus empregos principais, extendendo sua jornada de trabalho ou desempenhando outra atividade laboral, ocupando suas horas disponíveis, pode ser melhor compreendida com a separação em dois sub-grupos distintos. O primeiro sub-grupo constitui o chamado emprego secundário e o segundo é formado por indivíduos que trabalham horas excedentes ou hora-extras.

2.3.1 Trabalho secundário

A tabela abaixo apresenta a distribuição da população ocupada segundo o exercício de trabalho secundário por grupo ocupacional.

Distribuição da população ocupada segundo o exercício trabalho secundário por grupo ocupacional para RMS - 1987/89 (em %)

GRUPO OCUPACIONAL	TRABALHO SECUNDARIO	
	SIM	NAO
Empresariais		
1) Empresários	7,1	92,9
2) Gerência e Dir. sub.	6,9	91,1
Execução		
3) Prof. nível superior	19,6	80,3
4) Qualif. da Produção	8,6	94,7
5) Outros Qualificados	9,6	90,4
6) Semiquail. Produção	5,9	94,1
7) Semiquail. Manuten.	4,7	95,3
8) Semiquail. Vendas	4,5	96,5
9) Semiquail. Autônomo	9,5	94,5
10) Não Qualificados	4,7	96,3
Apoio		
11) Serviços Utilid. (*)	6,2	95,8
12) Escritórios	3,6	96,4
13) Serviços Gerais I	6,8	95,6
14) Serviços Gerais II	4,8	95,2
15) Serviços Domést. I	6,3	93,7
16) Serviços Domést. II	6,5	93,5
17) Mal Definidos	2,8	96,2
Total	5,3	94,7

FONTE: PED/RMS. Secrab/Seade/Direxex/Sine/Urba.
Cálculos nossos.

(*) Inclui apenas os serviços de utilidade pública.

Fica patente a presença elevada do grupo 3) Profissionais de nível superior com emprego secundário, registrando um percentual de 19,6% bem superior aquele verificado para a amostra (5,3%). Posteriormente, o grupo 5) Outros Qualificados registrou um percentual de 9,6%, seguido do grupo 2) Gerentes, Diretores, etc. com 6,9%, e Empresários com 7,1%. Esse fato evidencia que os grupos de indivíduos bem situados ocupacionalmente, têm maior facilidade de encontrar outros empregos.

Para investigar o primeiro sub-grupo criou-se um arquivo com esses indivíduos com o intuito de analisar suas principais

características. O conjunto de trabalhadoras nesta situação corresponde a 5,3% do total de ocupados da amostra para a RMS. Abaixo segue algumas explorações sobre as características desse sub-grupo.

A distribuição dos indivíduos com trabalho secundário segundo a posição na ocupação está mais ou menos de acordo com os resultados registrados para distribuição para toda a população ocupada (visto no Cap. II, item 3.5), relevando maior presença para os empregados, seguidos das conta-próprias, apresentando percentuais de 67,1% e 27,6% respectivamente.

Distribuição da população ocupada com trabalho secundário segundo a posição na ocupação para RMS - 1987/89

POSICÃO NA OCUPAÇÃO	Freq. (%)
Empregado	67,1
Conta-própria	27,6
Empreg. Prof. Univ.	4,1
Trab. fam. a/ remun.	1,1

FONTE: PED/RMS, Setrap/Seade/Diecass/Sine/Ufba.
Cálculos nossos.

Uma análise da população ocupada com trabalho secundário por segmento econômico na RMS, revela uma predominância do segmento 6) Serviços Administrativos, Públicos e Afins com 34,4%, percentual bem superior à sua participação na amostra total de ocupados para a região (18,32%). Isso revela que boa parte dos funcionários públicos têm um segundo emprego, posto que trabalham em média 30 horas semanais, tendo assim uma disponibilidade de horas para um outro trabalho. Os segmentos 2), 3) e 4) apresentam percentuais inferiores às suas participações na amostra, indicando pouca disponibilidade para exercer uma atividade laboral secundária.

Distribuição dos ocupados com trabalho secundário por segmento econômico para RMS - 1987/89

SEGMENTO	Freq (%)
1) Agriculture	2,5
2) Ind Trans, Ser Esp	7,7
3) Out Ind Trans e G Dom	7,2
4) Const. Civil	4,4
5) Pequ Com e Ser N Esp	16,4
6) Ser Adm, Publi e afins	34,4
7) Ser Dom, Passa, Aux.	28,3

FONTE: PED-RMS. Setrab/Seade/Diases, Sine/Urba. Cálculos nossos.

Algumas estatísticas descritivas das horas trabalhadas semanalmente no emprego principal para o conjunto de indivíduos com trabalho secundário pode ser visto a seguir:

Média = 38 horas Mediana = 36 horas Coef. curtose = 0.40
 Moda = 40 horas Desvio-padrão = 19 horas Coef. assimet = 0.32

A média de horas trabalhadas desses indivíduos é inferior à jornada legal, que no período em análise variou entre 48 e 44 horas semanais. A mediana (valor que divide a distribuição ao meio) ficou próximo à média, 36 horas, sendo a moda um valor um pouco superior (40 horas)**. Esses indicadores vão de encontro à constatação de que, em realidade, os indivíduos que possuem outras atividades laborais além de seu trabalho principal são aqueles que têm disponibilidade de horas para o trabalho. Como foi visto acima, predominantemente os trabalhadores em serviços administrativos, públicos e afins.

** Essas estatísticas revelam ainda que a distribuição é fracamente assimétrica negativa, sendo a curva de frequência bem achatada (platocúrtica) apresentando uma elevada dispersão em torno da média. Assim, pode-se inferir que existe grande variabilidade de horas trabalhadas por esse grupo de indivíduos.

2.3.2 Horas Excedentes

Uma averiguação para a população ocupada no trabalho principal, permite detectar que muitos indivíduos estendem suas jornadas de trabalho em seus empregos principais, além daquela estabelecida por lei. A tabela a seguir mostra o número de horas semanais para o trabalho principal da população ocupada na RMS.

Distribuição dos ocupados segundo a jornada no trabalho principal para a RMS - 1987/89

JORNADA DE TRABALHO (em horas/semanais)	Freq (%)	Acum (%)
- 15 horas	17,8	17,8
16 a 29	9,3	27,2
30 a 39	11,4	38,6
40 a 47	22,3	60,9
48 a 60	27,4	88,2
61 em diante	11,8	100,0

FONTES: PED-RMS, Sietrab/Seade/Dieese/Sine/Uniba.
Cálculos nossos.

Os dados indicam que 27,4% dos indivíduos ocupados têm jornadas entre 48 a 60 horas semanais, percentual pouco inferior ao registrado para a jornada de trabalho total que inclui trabalho secundário. Do total de indivíduos situados nessa faixa 13,1% têm uma jornada de exatamente igual a 48 horas semanais (jornada legal até out/88). Também 11,8% trabalham de 61 horas semanais em diante em seus trabalhos principais. Portanto, o percentual de indivíduos que trabalham além da jornada legal nos seus respectivos empregos principais na RMS é de 16,1% contra 29,8% apurado pela PED para a Grande São Paulo em 1987**.

Desse modo, a distribuição acima revela que existe extensão da jornada de trabalho do emprego principal para uma parte considerável

As SEADE/DIEESE, PED - Boletim 110, p. C130-131, é possível que exista algum desvio do percentual de horas trabalhadas além da jornada legal para a RMS, já que a partir de nov/88 a jornada muda para 44 horas e aqui foi usada o limite de 48 horas semanais.

dos ocupados na RMS, assim como para a Grande São Paulo. Portanto, dado o elevado peso na amostra dos indivíduos que têm trabalho principal, é mais relevante a extensão da jornada de trabalho via horas extras, ou mecanismo similar, que a existência de um segundo emprego.

Esse fato parece indicar que os custos do trabalho com horas-extras são inferiores aqueles gerados pela oferta de novos empregos. Assim, o número de horas-extras aumentaram em alguns setores específicos onde houve algum incremento do nível de atividades. A tabela abaixo mostra as classes de horas trabalhadas por segmento econômico.

Distribuição dos ocupados no trabalho principal por jornada de trabalho segundo o segmento econômico para RMS - 1987/89

SEGMENTO	JORNADA DE TRABALHO (em %)						Total
	- 15	16/29	30/39	40/47	48/60	61 e+	
1) Agric	30.5	19.4	12.3	31.5	16.8	9.7	100,0
2) Ind T, S Esp	8.3	5.3	12.6	41.2	27.6	5.3	100,0
3) Out Ind T, GC	10.7	5.7	7.0	27.8	40.5	8.0	100,0
4) Const. Civil	24.5	4.3	4.4	23.9	32.2	8.7	100,0
5) Ser Com S N Ep	18.5	10.0	9.1	14.6	27.7	19.9	100,0
6) Ser Adm, Publ	15.1	14,6	23.6	28.4	14.2	4.1	100,0
7) Ser Dom, Pass	22.0	9.4	8,4	15.1	25.5	15.4	100,0

FORNTE: PED-RMS, Setrab/Seade/Dieese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

O maior requerimento de horas está associado ao segmento que teve um desempenho positivo. O PIB setorial da Bahia, calculado pelo Centro de Estatística e Informações - CEI⁴⁷, mostra que a indústria de transformação teve um ritmo de crescimento acelerado entre 1985 e 1986, em torno de 8%, apresentando uma estagnação entre 1987 e 1988, voltando a crescer 2,5% em 1989. Verifica-se que no segmento 2) 41,2% dos ocupados trabalharam entre 40 e 47 horas semanais enquanto que 27% trabalharam entre 48 e 60 horas. Por outro lado, a construção civil experimentou uma retração brusca em 1987 (-9,7%).

⁴⁷ CEI/SEPLANTE (1991), Tabela 8.

reduzida em 1988 (-23,0%), mostrando uma reação em 1989 (9%). Isto parece ter se refletido na quantidade de horas trabalhadas neste segmento. Assim, no segmento 4) apenas 33,9% dos indivíduos trabalharam entre 40 a 47 horas ao passo que 26,5% trabalharam menos de 16 horas semanais⁴⁸.

Esses resultados se por um lado ratificam as observações de BEDECCA⁴⁹ sobre uma associação positiva e relevante entre a extensão da jornada de trabalho e o nível de atividade econômica, por outro, deixa claro que as jornadas de trabalho mesmo em metrópoles de países subdesenvolvidos são superiores aquelas verificadas nos países desenvolvidos, sem que isso implique, em absoluto, em rendimentos mais elevados nos primeiros. Isto deve-se principalmente às próprias características de inserção produtiva da mão-de-obra nos países verificados, que se por um lado exigiu a formação de mão-de-obra mais especializada, com a industrialização, por outro, que a exposição ao desemprego levou à disseminação de trabalhos mais precários que incluíam jornadas de trabalho mais extensas. (ver LADD, dentre outros).

2.4) Conclusões

Das características funcionais, usadas aqui para captar focos de influência de demanda de trabalho na determinação dos rendimentos, a ocupação destaca-se como mais importante. Constatou-se que as diferenças entre as médias de rendimentos são relevantes segundo os grupos ocupacionais. Serão relacionados os principais aspectos:

1) Verificou-se que o grupo 3) composto por profissionais de nível superior, seguindo os grupos 1) Empresários e do grupo 2) Gerentes, Diretores, etc, apresentaram um maior rendimento médio. Uma análise desagregada para esses indivíduos permite verificar que são profissionais especializados (com elevada escolaridade e experiência

⁴⁸ Evidentemente que esses indicadores não são definitivos para comprovação da associação entre horas trabalhadas e nível de atividade econômica, constituindo-se, apenas, os indicativos.

⁴⁹ BEDECCA (1989), p. 345.

no serviço), distribuídos mais freqüentemente nos segmentos 6) Serviços Adm, Público e Afins e 2) Indústria de Transf. e Serviços Especializados. Além disso, verifica-se que 56% desses indivíduos são empregados, percentual bem superior àquele registrado para a participação dos empregados na amostra (66%), além de quase 1,4 deles possuírem outro emprego (trabalho secundário). Essas evidências parecem indicar que a evolução do capitalismo na região, notadamente com o processo de recente industrialização e a conseqüente complexificação produtiva, ensejou o surgimento de novas ocupações cujo requerimento de qualificação da força de trabalho é mais elevado.

2) Por outro lado, os grupos ocupacionais 16) Serv. Domésticos e/ carteira assinada; 13) Serv. Domésticos e/ carteira assinada e 14) Serv. Gerais e/ carteira assinada apresentaram menor rendimento médio. Esses grupos ocupacionais possuem baixa escolarização, pouco tempo de serviço e, no caso do 14) e 16), não têm carteira de trabalho assinada. Essas ocupações integram o chamado setor informal, atividades marcadas pela precariedade, instabilidade e irregularidade na obtenção dos rendimentos. Particularmente o grupo 16) indica a existência de relações de trabalho semi-escravas onde o empregado ganha alimentação e abrigo em troca do seu trabalho. Isso fica evidente com a comparação com o grupo 13) Serviços domésticos com carteira assinada, cujo rendimento médio supera em 112% o rendimento médio do grupo 16).

3) Há influência significativa dos efeitos conjuntos dos fatores grupo ocupacional e carteira de trabalho assinada sobre os rendimentos médios dos empregados na RNS, o que reforça a ideia de segmentação ocupacional do mercado. Ou seja, encontram-se ocupações de rendimento médio mais baixos que são peculiares às atividades não regulamentada e outras de elevado rendimento médio onde a formalização do emprego é quase total.

4) Verifica-se que os efeitos conjuntos do tempo de serviço e escolaridade são superiores àqueles registrados para as ocupações e a escolaridade. Isto aponta a importância da experiência no serviço e

O aprendizado pela prática na discriminação dos rendimentos. Grupos ocupacionais importantes como por exemplo, o grupo 4) Qualificados de produção exibe o quarto maior rendimento médio na estrutura ocupacional, no entanto, apresenta baixa média de escolaridade formal e um elevado tempo de serviço. Esse fato parece refletir a forma de desenvolvimento industrial acelerado da região, após a implantação dos Polos industriais demandou trabalhadores qualificados e como esses não existiam em quantidade satisfatória naquele momento, foi realizado investimento em treinamento da mão-de-obra local.

De um modo geral, os resultados aqui obtidos evidenciam que as qualificações para o trabalho deve-se, além de critérios de escolaridade, a diferenças qualitativas entre os trabalhadores, no que tange a adequação às peculiaridades do trabalho, a disciplina e a subordinação ao processo de trabalho e outros elementos relacionados ao perfil do emprego na região e portanto da demanda local por trabalho.

3) Características Empresariais

3.1) Segmento econômico x rendimentos

Os índices até aqui revelados apontam para a existência de certas diferenciações de rendimentos quanto ao segmento econômico. Como visto anteriormente os segmentos 2 (Ind. Transf. e Serv. Especialia) e 3 (Out. Ativ. Ind. Transf. e G. Com) apresentou, ao longo do período set/87 a ago/89, valores de rendimentos médios bem superiores aos demais segmentos. Por seu turno, o segmento 7 exibiu rendimentos médios inferiores aos demais segmentos durante todo o período considerado. Esta análise inicial apresenta o segmento de atividade econômica como elemento relevante na determinação dos rendimentos. Essa influência deve-se às dinâmicas próprias dos segmentos que parece estabelecer padrões diferenciados de rendimentos, os quais tem muito a ver com as características internas das empresas no que tange as formas de gestão da mão-de-obra que envolvem a

estruturagão do plano de cargos, disparidade salarial, processo de recrutamento, estabilidade, etc.

A fim de mensurar a influência dos segmentos econômicos sobre os rendimentos faz-se a uso da tabela abaixo e dos testes estatísticos não-paramétricos (Cramer e Coeficiente de Contingência que já foi empregada no capítulo anterior).

Distribuição dos ocupados por segmentos econômicos segundo faixas de rendimentos para a RMS - 1987/89 (percentuais de linha e coluna).

SEGMENTOS	FAIXAS DE RENDIMENTOS (em Salários mínimos)								
	Até 1/2	1/2-1	1-2	2-3	3-5	5-15	15-25	25-50	Mais 50
1) ABRIC	33.8 4.7	17.3 4.0	23.0 2.0	8.9 1.4	6.2 0.8	4.6 0.5	1.7 1.0	1.8 1.4	1.0 2.6
2) IND,SE	4.7 3.2	1.9 2.2	16.1 7.1	11.2 9.0	17.0 11.8	31.7 19.1	9.4 28.8	6.3 31.5	1.7 31.3
3) IND,OB	9.0 7.0	4.7 6.8	22.9 11.7	17.1 15.7	20.9 16.3	19.6 13.6	2.9 10.0	2.2 12.4	0.6 12.6
4) C CIV	12.6 6.0	4.4 3.6	22.4 6.7	17.1 9.5	24.5 11.5	15.1 6.3	1.9 3.7	1.2 4.3	0.6 7.3
5) C SNE	21.2 20.5	7.9 20.1	21.3 20.0	13.5 22.9	13.6 22.4	16.6 21.2	2.4 15.6	1.1 11.4	0.3 13.5
6) S ADM	3.9 4.8	3.0 6.6	22.8 18.6	14.4 21.2	18.1 22.8	27.1 20.0	6.3 34.7	3.6 33.2	0.8 26.7
7) S DON	26.3 43.7	18.6 56.9	29.9 33.7	10.0 20.3	8.7 15.0	6.1 9.3	0.8 6.1	0.3 5.9	0.1 4.8

FONTE: PED-RMS. Sestrab/Seade/Dieese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

Teste

		Significância
Cramer's χ^2	0.19111	0.0000
Coeficiente Contingência	0.42358	0.0000

Os testes não paramétricos indicam a existência de associação entre o rendimento médio e os segmentos de atividade econômica na RMS. Os recursos mais poderosos de inferência estatística como Análises de

Variância (ANOVA) e Multiple Classification Analysis (MCA) serão utilizados para testar o fenômeno. O quadro abaixo apresenta os resultados dos dois métodos.

Rendimento Médio dos ocupados por segmento econômico para RMS - 1987/89 (1)

Média Global = 102.128

SEGMENTO	N	RENDIMENTO MÉDIO	DESVIOS
1 Agricultura	1198	124.910	-57217,90
2 Ind Trans, Ser Esp	4206	360.343	178217,93
3 Out Ind Trans e G Com	7110	194.551	12402,38
4 Const. Civil	4288	161.219	-20909,11
5 Pequ Com e Ser N Esp	13113	148.057	-34071,17
6 Ser Adm, Publ e afins	11373	258.325	86197,32
7 Ser Dom, Pesq, Aux.	15754	82.511	-49617,16

F = 751.09

Eta = 0,27

FONTES: PED-RMS, Setrab/Seade/Direcc/Sine/Dfba. Cálculos nossos.
(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CEI.

Os resultados confirmam que as médias de rendimentos diferem significativamente segundo os segmentos de atividade econômica. Assim, os segmentos 1) Agricultura; 4) Construção Civil; 3) Pequeno e médio Comércio e Serviços não Especializados; 7) Serviços Domésticos, Pessoais e Auxiliares - esses dois últimos representam o maior contingente de indivíduos ocupados na RMS - exibem médias de rendimento inferior à Média Global. Já os segmentos 2) Indústria de Transformação e Serviços Especializados 6) Serviços Administrativos, Públicos e Afins e, em menor medida, o 3) Outras Indústrias de Transformação e Grande Comércio. Esse comportamento já havia sido detectado quando da visualização do gráfico do item 3.1.2).

Esses resultados já eram esperados dadas as considerações feitas sobre este tópico na revisão de literatura. Vale lembrar que os segmentos que concentram empresas com maior rentabilidade, maior tamanho, certo grau de monopólio sobre o mercado de bens, alta relação capital-trabalho e baixa participação de custos com trabalho nos custos totais, têm maior capacidade de pagar salários mais

altos, além da pressão sindical. De um modo geral, os segmentos 1) e 3) parecem possuir boa parte dessas características⁵⁰. Neste segmento encontram-se as empresas que fizeram alto investimento em treinamento e formação da mão-de-obra. Estudo do SENAI⁵¹ revela que entre 1971-75 houve intenso programa de preparação e treinamento profissional nas áreas de petróleo e petroquímica. Já o segmento 2) além de possuir algumas das referidas características, agrega os ocupados nas grandes empresas estatais, de capital misto e nas autarquias, fato que é fundamental dado as peculiaridades de inserção produtiva desses estabelecimentos na economia brasileira e particularmente na economia baiana.

3.2) Tamanho da Empresa x Rendimentos

Em princípio, poder-se-ia depreender intuitivamente que os rendimentos estão relacionados positivamente com o tamanho da empresa ou negócio. Isto porque se a empresa ou negócio emprega grande número de empregados - empresa ou negócio de médio ou grande porte, teria estabelecimentos maiores para abrigar os funcionários, além do imobilizado em máquinas e equipamentos que viabilizassem sua capacidade produtiva, tendo com isso um maior patrimônio. Esse fato poderia sugerir uma melhor inserção no mercado, tendo como resultante maiores níveis de rentabilidade. Por outro lado, a empresa ou negócio de médio ou grande porte, precisaria de um mínimo de organização interna, uma estruturação de cargos e salários, além de dispor necessariamente de uma mão-obra mais especializada. Assim, grosso modo, essas empresas ou negócios tendem a ter uma maior frequência de ocupados em níveis de rendimentos mais elevados. A tabela abaixo parece sugerir diferenças nos níveis de rendimentos segundo o tamanho da empresa ou negócio por número de empregados. Entretanto, as diferenças se concentram mais nos extremos da

50 O referido trabalho de BUCHELI (1996) analisa as diferenças salariais entre setores de atividades no Uruguai em 1989. A autora observa que as diferenças salariais naquele país não podem ser atribuídas apenas às características de oferta ou regionais. A introdução dos setores no modelo pode aumentar em até 30% seu poder explicativo. Também outra conclusão obtida é que a indústria paga maiores salários que os serviços e comércio em geral.

51 SENAI/Departamento Nacional, *Resposta de mão-de-obra na área de petróleo e petroquímica no Brasil*, retirado de LASS, ALMEIDA & LAGO (1983), p. 42c.

distribuição, conforme também apurou OLIVEIRA⁵² para Pernambuco. O rendimento médio dos indivíduos empregados em empresas com um maior número de empregados é superior aquelas auferidos por indivíduos que trabalham em empresas menores. Os empregados em empresas cu negócio com mais de 500 funcionários possui um rendimento médio bem superior à Média Global, apresentando maior desvio positivo em relação a esta. Contrariamente, os indivíduos que trabalham sozinho ou desenvolvem atividades em trabalho familiar, percebem rendimentos bem inferiores à Média Global.

Esses resultados também coincidem com aqueles produzidos por FARATH⁵³ para a Grande São Paulo entre 1983 e 1986. A autora, usando os dados da PED, constatou que há uma relação direta entre o tamanho da empresa (em número de empregados) e a remuneração recebida.

Rendimento Médio dos ocupados segundo o tamanho da empresa (em nº de empregados) para RMS - 1987/89 (1)

Média Global = 143.285

TAMANHO DA EMPRESA (Nº DE EMPREGADOS)	N	RENDIMENTO MÉDIO	DESVIOS
Nenhum	9342	104.732	-39.152
Nenhum, trab. famil.	5056	96.164	-67.721
1 a 2 empregados	2604	153.882	-10.083
3 a 5 empregados	3015	160.613	-3.271
6 a 9 empregados	2021	157.397	-6.467
10 a 49 empregados	3973	192.917	29.032
50 a 99 empregados	1456	227.665	63.779
100 a 499 empregados	3374	231.963	68.079
Mais de 500 empreg.	6366	266.674	102.789
Méd. São Paulo	6029	139.164	-24.720

F = 179,36

Eta = 0,19

FONTE: PED-RMS, Setrab/Socda/Diepsa/Sine/Ufpa. Cálculos nossos.

(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CEI.

A desagregação setorial permite uma melhor visualização de como ocorre a distribuição dos rendimentos segundo o tamanho da empresa ou negócio (tabela abaixo). O maior rendimento médio dos ocupados

⁵² OLIVEIRA (1989), p. 44.

⁵³ FARATH (1989a), p. 254.

encontrar-se em empresas de grande porte (500 e mais empregados) no segmento 2) Indústria de transformação e Serviços Especializados.

Uma análise dos rendimentos médios segundo o tamanho da empresa segmento a segmento, evidencia alguns fatos interessantes. O segmento 3) Outras indústrias de transformação e Grande comércio, apresenta um maior rendimento médio para os ocupados nas empresas com 50 a 99 funcionários, seguido das empresas com 100 a 499 empregados. Para o segmento 4) Construção Civil, o rendimento médio dos ocupados é superior nas empresas com 500 e mais empregados, seguido da faixa de 100 a 499 empregados, destacando assim a influência das grandes empreiteiras. No segmento 6) Serviços Públicos, Administrativos, etc., o rendimento médio dos ocupados é maior nas empresas com 100 a 499 empregados, seguido de perto pelos ocupados em empresas com 500 e mais empregados, refletindo a grande importância das empresas estatais. No segmento 7) Serviços domésticos, pessoais, etc., o rendimento médio dos ocupados é superior nas empresas ou negócios que comportam 50 a 99 empregados.

Rendimento Médio dos ocupados segundo o tamanho da empresa
(em nº de empregados) por segmento econ. para RMS - 1987/89 (*)

TAMANHO DA EMPRESA (nº de empri)	RENDIMENTO MÉDIO POR SEGMENTO ECONÔMICO						
	2 IT, SE	3 IT, OS	4 C.Civ	5 PC, SNE	6 S, PUS	7 S, DOM	
Nenhum	342.015	154.144	114.864	137.529	100.709	62.477	
Trab Fam	275.690	148.161	104.415	90.657	106.509	104.226	
1 a 2	372.658	132.618	72.388	137.311	332.014	119.474	
3 a 5	289.388	117.965	133.773	172.955	140.646	134.384	
6 a 9	222.970	120.603	139.465	160.176	137.308	144.577	
10 a 49	219.853	130.787	199.952	188.450	218.610	160.829	
50 a 99	226.984	223.715	166.071	276.429	217.124	181.019	
100 a 499	309.324	214.892	251.861	204.236	226.323	162.657	
500 e +	437.203	201.087	254.991	195.965	225.358	150.161	
Não sabe	193.233	128.225	137.715	160.331	157.191	103.119	

F(1,2) = 12,22

Beta(2) = 0,15

FONTES: PED-RMS. Setrab/Seade/Diasesse/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

(*) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CEI. Para o segmento 1) Agricultura, a amostra não permitiu a desagregação.

(**) A estatística F apresentada avalia os efeitos interações dos fatores tamanho da empresa e segmento econômico.

(***) Essa estatística diz respeito aos efeitos conjuntos dos fatores tamanho da empresa e segmento econômico.

Os testes indicam a existência de alguma influência nos efeitos conjuntos dos fatores tamanho da empresa e segmento econômico sobre os rendimentos médios para os ocupados da Região Metropolitana de Salvador.

3.3) Natureza da empresa ou negócio x Rendimentos

A tabela abaixo mostra a ANOVA e PCA, onde procurar-se-á avaliar a relevância desse fator sobre a determinação dos rendimentos na RMS.

Rendimento Médio dos empregados segundo a natureza da empresa ou negócio para RMS - 1987/89 (1)

Média Global = 185,124

NATUREZA DA EMPRESA OU NEG.	N	RENDIMENTO MÉDIO	DESVIOS
Privada/Particular	24325	173,201	-11,922
Inst. Pública	8158	328,886	141,339
Serviços Domésticos	5789	36,783	-148,339
Não sabe	175	186,236	1,112

F = 1199,46

Eta = 0,29

FONTE: PED-RMS. Setrab/Saade/Diessa/Sine/Urba. Cálculos nossos.
(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CET.

Da tabela acima verifica-se que o rendimento médio dos empregados em empresas privadas/particulares é inferior à Média Global, tendo desvio negativo em relação a esta. Contrariamente, os empregados em instituições públicas possuem média superior à Média Global, tendo por via de consequência desvio positivo em relação a esta. Uma desagregação setorial permite visualizar que as maiores diferenças de rendimento médio quanto à natureza da empresa ou negócio acontecem nos segmentos 3) Outras indústria de transformação e Comércio - inclusive atacado; segmento 2) Indústria de Transformação e Serviços Especializados* (ver tabela abaixo). Esses são segmentos da atividade econômica onde estão as grandes empresas estatais.

* Os segmentos 1) e 7) apresentam diferenças relevantes porê o número de informações não são representativas.

Rendimento Médio dos empregados segundo a natureza da empresa ou negócio para RMS - 1987/89 (1)

SEGMENTO	NATUREZA DA EMPRESA		(a)/(b) (%)
	Priv/Part (a)	Instit. Publ (b)	
Ind Tr, S E	301.453	603.933	33,0
Out In, S E	137.711	675.333	20,4
C. Civil	165.807	262.952	38,0
Com Ser M E	130.443	268.343	48,6
Ser Adm, Pub	131.376	263.783	33,9
Ser Dom, Aux	120.187	372.143	32,3

F = 79,3

FONTES: PCD-RMS, Setrap/Seade/Dieese/Unic/Ufpa.Cálculos nossos.
(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-GEI. O segmento 1) Agricultura não comporta a desagregação.

Os testes indicam a existência de diferenças significativas dos efeitos conjuntos dos fatores segmento econômico e natureza da empresa sobre os rendimentos para os empregados da RMS.

A distinção de rendimentos médios segundo a natureza da empresa pode ser explicada também pela diferenciação dos grupos ocupacionais entre a natureza das empresas. Uma análise sucinta dessa diferenciação permite detectar, em linhas gerais, que dos indivíduos ocupados nas empresas privadas/particulares, 2,7% estão no grande grupo Empresariais, percentual menor que a participação desse grande grupo no total da amostra, 4,7%. Esse fato deve-se fundamentalmente aquilo acima mencionado, isto é, os conta-próprios e empregadores não responderam ao quesito sobre a natureza da empresa. Por outro lado, dos ocupados em instituições públicas, 4,6% são de ocupações pertencentes ao grande grupo Empresariais, percentual bem semelhante à participação desse grande grupo na amostra. Esse fato contribui favoravelmente para o rendimento médio dos ocupados nas instituições públicas e desfavoravelmente para o rendimento médio dos ocupados nas empresas ou negócios privados ou particulares.

Quanto ao grande grupo Execução, existe diferenças significativas. Do total dos ocupados nas empresas privadas/particulares, 44,5%

pertencem ao grande grupo **Execução**, contra 59% das instituições públicas. Contudo, essa diferença dá-se basicamente por causa do grupo 10) Não qualificadas, cujos rendimentos são baixos (ver item 2.1 desse cap.). Já o grande grupo **Apoio** apresenta o seguinte quadro: Dos indivíduos ocupados nas empresas privadas/particulares, 52,8% estão no grande grupo **Apoio**, percentual superior à participação do grande grupo na amostra. Dos ocupados nas instituições públicas, 56,3% estão distribuídos nos grupos ocupacionais do grande grupo **Apoio**, percentual ainda mais elevado que a participação do grande grupo na amostra. A diferença no grande grupo **Apoio** deve-se basicamente pelo grupo 12) Escritórios que é "populoso" e apresenta níveis de rendimentos razoáveis. Esse quadro, portanto, também contribui favoravelmente para o rendimento médio das instituições públicas e desfavoravelmente para o rendimento das empresas ou negócios privados³³.

³³ O estudo que se pensou em realizar para detectar as discrepâncias de rendimento de algumas ocupações relacionadas entre setor público (entendo aqui as repartições públicas-excl. as estatais) e setor privado, não será possível tendo em vista que o questionário da PCU não separa essas informações, inviabilizando essa pretensão.

Distribuição da população ocupada por grupo ocupacional
segundo a natureza da empresa para RMS - 1987/89

(em %)

GRUPO OCUPAC	Total	NATUREZA DA EMPRESA	
		Priv./Partic.	Inst. Pública
Empresariais	4.7	2.7	4.6
1) Empresários (1)	3.3	0.0	1.7
2) Gerência e Dir. sup.	2.4	2.7	3.1
Execução	44.8	44.5	39.0
3) Prof. nível superior	3.1	2.2	10.1
4) Qualif. da Produção	4.0	5.1	4.2
5) Outros Qualificados	3.4	2.9	5.1
6) Semiquai. Produção	4.9	5.9	5.3
7) Semiquai. Manuten.	5.4	12.9	9.9
8) Semiquai. Vendas	4.8	9.2	0.4
9) Semiquai. Autônomo	11.0	0.0	0.0
10) Não Qualificados	5.0	6.3	1.0
Apoio	50.5	52.6	56.3
11) Serviços Utilid (2)	2.3	1.9	6.1
12) Escritórios	9.1	14.4	21.6
13) Serviços Gerais I	6.7	10.2	10.2
14) Serviços Gerais II	5.9	2.4	0.5
15) Serviços Domést I	5.5	7.7	9.1
16) Serviços Domést II	13.4	1.9	1.1
17) Não Definidos	7.8	11.3	7.5
TOTAL	100.0	100.0	100.0

FONTE: FED/RMB. Setrab/Saúde/Diasese/ABina/Urba. Cálculos nossos.

(1) Esse grupo ocupacional inclui Diretores e Assessores de Repartições Públicas, Ministros, Governadores, e Magistrados.

(2) Limitar-se apenas aos serviços de utilidade pública.

3.4) Conclusões

Os resultados obtidos, evidenciam, até com certa surpresa, a importância da natureza da empresa dentro as variáveis classificadas como empresariais, as quais buscam captar as influências da demanda de mão-de-obra na diferenciação dos rendimentos na região metropolitana de Salvador. Os números indicam que os empregados⁴⁵ em instituições públicas - aqui entendidas como órgãos públicos,

⁴⁵ Se há resposta a este quesito os indivíduos classificados como empregados, excluindo-se, portanto, os contábeis e autônomos.

escritórias, fundações, empresas de economia mista, etc. - recebe rendimentos médios superiores à média global. Contudo, esse resultado deve ser relativizado se levado em consideração a distribuição dos grupos ocupacionais no interior da natureza da empresa.

Verifica-se que dos ocupados nas empresas privadas/particulares, 2,7% estão no grande grupo **Empresaristas**, percentual menor que a participação desse grande grupo no total da amostra, 4,7%. Isso deve-se ao fato dos contra-própria e empregadores não responderem ao quesito sobre a natureza da empresa. Do total dos ocupados nas empresas privadas/particulares, 44,5% pertencem ao grande grupo **Execução**, contra 29% das instituições públicas. Dos indivíduos ocupados nas empresas privadas/particulares, 52,8% estão no grande grupo **Apoio**, percentual superior à participação do grande grupo na amostra. Já dos ocupados nas instituições públicas, 26,0% estão distribuídos nos grupos ocupacionais do grande grupo **Apoio**, éscetudo no grupo 12) Escritórios, que apresenta o segundo maior rendimento médio do grande grupo, exibindo maior nível de formalização do emprego e também o grupo 11) Serviços de Utilidade Pública, o maior rendimento médio do grande grupo, comportando ocupações mais frequentemente alocadas nas empresas estatais prestadoras desses serviços (como Embasa, Celbta, Carb, Telebaha, etc.).

De todo modo, esses resultados parecem evidenciar peso do setor público na região tanto como grande abastecedor de mão-de-obra (cerca 1/4 dos empregados), como na determinação de rendimentos. Muito embora exista ocupações que no setor privado seria melhor remuneradas, quando se trabalha no agregado, o resultado é perfeitamente compatível com a realidade observada. As variadas formas de inserção da mão-de-obra, incluindo informalidade, subcontratação, terceirização, etc, em grande medida, com suas influências negativas sobre os rendimentos, verificam-se comumente no mercado onde atua a iniciativa privada. Também, a flexibilidade para demitir e contratar e com isso rebaixar os custos da mão-de-obra, e quase uma exclusividade do setor privado.

A outra variável relevante nesse grupo de características foi o segmento econômico. A análise dos resultados mostra que existe diferenças significativas quanto a esse fator, permitindo concluir pela sua relevância nas diferenciações dos rendimentos. Confirmando o que se previa para os segmentos mais desenvolvidos tecnologicamente, os rendimentos médios na Indústria de Transformação e Serviços Especializados superaram de forma expressiva a média global dos rendimentos dos ocupados na RMB.

Esse fato é explicado, em boa medida, por uma segmentação do mercado a la Teoria Dual, classificada como mercado primário, onde as empresas do segmento mais bem estruturadas, de poder sobre o mercado e elevado investimento em capital fixo (alta relação capital-trabalho) pressionadas pela forte organização sindical, leva a uma estruturação dos planos de cargos de modo a oferecer oportunidades de ascensão que pode ser verificada tanto pela experiência (tempo de serviço) como pelo investimento em capital humano.

Por outro lado, verificou-se baixos rendimentos para os segmentos Serviços Domésticos, Agricultura, Pequeno e médio comércio e Serviços não especializados que parecem ter características semelhantes aquelas atribuídas pela referida teoria para o chamado mercado secundário, quais sejam: baixa produtividade das empresas, precarização das relações de trabalho, instabilidade constante e a quase inexistência de planos de carreira e possibilidades de ascensão funcional.

Finalmente, os resultados para a variável tamanho da empresa vão de encontro as afirmativas de que a dimensão do estabelecimento estaria associado a maiores rendimentos, muito embora os resultados não sejam significativos estatisticamente. Esses resultados mostram, por exemplo, que os empregados em empresas com mais de 300 empregados remuneraram a mão-de-obra acima da média global. Cabe algumas considerações sobre essa variável. Primeiro que, como já mencionado, o quesito do questionário da FED do qual foi extraída essa variável, só foi respondido por aqueles que trabalhavam em empresas privadas

ou particulares. Portanto deixasse de captar as grandes empresas públicas, estatais, de economia mista, etc. e, por conseguinte, desconsiderar-se as prováveis diferenciações existentes entre elas e as pequenas empresas do setor privado.

É outra objeção que se pode colocar a esse resultado e que a proxy usada (número de empregados, avaliado pelo informante), deixa de captar uma parte considerável de indivíduos que não sabem avaliar o tamanho da empresa (nada menos que 14% do total). Ainda para aqueles que souberam avaliar, há um certo grau de imprecisão, já que dificilmente todos os indivíduos entrevistados saberiam mensurar com exatidão o número de empregados onde trabalham. Assim, os resultados aqui encontrados, de que as empresas grandes tendem a remunerar melhor a mão-de-obra, embora lógico do ponto de vista da literatura, constituem-se apenas em indícios para novas investigações, não sendo passíveis de maiores generalizações.

TABELA - RESUMO
GRUPO DE CARACTERISTICAS QUE INFLUENCIAM OS RENDIMENTOS NA RMS

GRUPO DE CARACTERISTICAS	FREQUENCIA	RENDIMENTO MEDIO	TESTE F
CARACTERISTICAS PESSOAIS			
1) Escolaridade (em anos)			
. 3/ Estudo	5735	78.258	
. De 1 a 4	19254	92.461	
. + 4 a 9	12624	127.994	
. + 9 a 11	15524	235.637	
. + 11 a 15	3838	414.847	
. + 15 a 16	785	1.079.952	3943,3
2) Gênero			
. Masculino	33115	232.586	
. feminino	26547	118.688	1734,9
3) Cor			
. Branco/amarelo	9635	374.002	
. Preto/Pardo	48607	145.445	731,7
4) Idade (em anos)			
. 10/14 anos	2356	14.746	
. 15/17 anos	3521	31.594	
. 18/24 anos	13665	100.838	
. 25/29 anos	9751	182.744	
. 30/39 anos	15076	247.430	
. 40/49 anos	8659	266.757	
. 50/59 anos	4160	245.411	
. 60 e mais	1852	201.960	525,5
5) Procedência			
5.1 Origem			
. Município da RMS	30396	162.410	
. Out Munic do Estado	22746	173.336	
. Out Estado	5728	306.996	
. Out País	171	673.841	447,5
5.2 Tempo de Residência			
. Viveu sempre na RMS	30215	162.518	
. Mais de 5 anos	22836	213.294	
. De 2 a 5 anos	3086	184.358	
. Menos de 2 anos	2936	139.210	119,7
Combinação das Variáveis (Variações Explicadas)			
. Estudo e Gênero			2384,5
. Estudo e Cor			1896,7
. Estudo e Origem			913,3
. Estudo e Idade			625,1

GRUPO DE CARACTERISTICAS	FREQUENCIA	RENDIMENTO MEDIO	TESTE F
CARACTERISTICAS FUNCIONAIS			
1) Grupo Ocupacional			
Empresariais			
. 1 Empresarios	1328	671.496	
. 2 Gerencia e Dir. sup.	1386	468.173	
Execução			
. 3 Prof. nivel superior	4858	623.358	
. 4 Qualif. da Producao	2878	272.371	
. 5 Outros Qualificados	2084	264.482	
. 6 Semiquai. Producao	2980	183.038	
. 7 Semiquai. Manuten.	4846	232.347	
. 8 Semiquai. Vendas	2579	164.454	
. 9 Semiquai. Autonomo	6147	98.183	
. 10 Não Qualificados	2336	69.038	
Apoio			
. 11 Servicos Utilis (I)	1440	233.598	
. 12 Escrevintes	5688	208.782	
. 13 Servicos Gerais I	4233	113.682	
. 14 Servicos Gerais II	2868	96.152	
. 15 Servicos Domest I	3446	77.688	
. 16 Servicos Domest II	6236	36.640	
. 17 Mal Definidos	4564	149.373	1203,4
2) Tempo de Serviço			
. Até 1	27853	103.858	
. + de 1 e 2	5434	171.843	
. + de 2 e 3	4106	178.507	
. + de 3 e 5	3502	204.157	
. + de 5 e 8	3189	258.684	
. + de 8 e 15	6341	326.460	
. + de 15	4626	360.919	794,1
3) Estabilidade			
. Menos de 0.02	13331	105.498	
. 0.02 - 0.05	9723	141.938	
. 0.05 - 0.10	9060	165.436	
. 0.10 - 0.15	8757	199.277	
. 0.15 - 0.20	4508	240.936	
. 0.20 - 0.25	3274	278.308	
. 0.25 - 0.30	2588	303.187	
. 0.30 - 0.40	3415	334.929	
. 0.40 - 0.60	1219	357.892	
. 0.60 - 1.00	635	317.841	384,5
4) Jornada de Trabalho			
. - 15 horas	7388	123.914	
. 16 a 29	5693	113.654	

GRUPO DE CARACTERÍSTICAS	FREQUENCIA	RENDIMENTO MEDIO	TESTE F
. 30 a 39	6922	184.267	
. 40 a 47	13852	255.106	
. 48 a 60	17456	173.166	
. 61 em diante	7894	177.437	234,0

Combinação das Variáveis (Variações Explicadas)

. Ocupação e Tempo de Serviço	221,9
. Ocupação e Estabilidade	130,3
. Ocupação e Jornada de Trabalho	7,7

CARACTERÍSTICAS EMPRESARIAIS

1) Segmento Econômico

. 1 Agricultura	1198	124.910	
. 2 Ind Trans, Ser Esp	6205	360.366	
. 3 Out Ind Trans e G Com	7110	194.831	
. 4 Const. Civil	4288	161.219	
. 5 Fiq Com e Ser N Esp	13113	148.087	
. 6 Ser Adm, Publ e afins	11373	268.825	
. 7 Ser Dom, Pezq, Aux.	16754	82.511	731,1

2) Tamanho da empresa

(n. de empregados)

. Nenhum	9342	104.732	
. Nenhum, crab famil.	5056	96.164	
. 1 a 2 empregados	2504	183.802	
. 3 a 5 empregados	3015	140.213	
. 6 a 9 empregados	2021	157.297	
. 10 a 49 empregados	2973	192.917	
. 50 a 99 empregados	1456	227.243	
. 100 a 499 empregados	3374	231.963	
. Mais de 500 empreg.	6366	266.674	
. Não Sabe	6029	139.164	179,4

3) Natureza da Empresa

Privada/Particular	24525	173.201	
Inst. Pública	8153	326.656	
Serviços Domésticos	3788	35.783	
Não Sabe	175	186.236	1199,3

Combinação das Variáveis (Variações Explicadas)

. Segmento e Natureza da Empresa/Negócio	419,6
. Segmento e Tamanho da Empresa/Negócio	32,9

FONTE: FIB/RMS. Setrap/Seade/Dieese//Sine/Ufba. Cálculos nossos.

(1) Valores constantes de fev/64, atualizados pelo IPC-CAI.

(2) Corresponde aos serviços de utilidade pública.

CAPITULO IV

CONCLUSÕES

Além de sistematizar e, em alguns casos, relativizar as diversas conclusões sobre os rendimentos na Região Metropolitana de Salvador, já expostas nos capítulos anteriores, o presente capítulo busca também abordar alguns questionamentos sobre o tema, assim como sugerir linhas de pesquisas e aprofundamentos posteriores. O primeiro bloco de conclusões foi obtido na fase de explorações iniciais sobre as variáveis relevantes na diferenciação de rendimentos bem como da análise das flutuações destes ao longo dos 24 meses abrangidos pela pesquisa e sua distribuição dentro os ocupados da Região.

No longo das explorações iniciais as conclusões ensaiadas não tiveram a intenção de ser definitivas. Já que esta fase intermediária do trabalho apenas permitiria a melhor explicitação das variáveis selecionadas que seriam utilizadas posteriormente no estudo das diferenciações dos rendimentos na RMS, principal objetivo desse trabalho. Contudo, o desenvolvimento da pesquisa nesta etapa, permitiu a obtenção de alguns resultados importantes, dignos de menção, e que, inclusive, estimularam a curiosidade sobre o objetivo central do trabalho.

A análise da distribuição dos rendimentos na RMS permite constatar, de início, um alto grau de dispersão nos rendimentos e da existência de valores muito altos e muito baixos. Tal fato traduz a grande amplitude do leque dos rendimentos na RMS, o que de certo modo já indica uma heterogeneidade da mão-de-obra local e uma provável diversidade de formas de inserção no mercado de trabalho, formando assim, expectativas de diferenciações acentuadas quanto as características da oferta e da demanda de mão-de-obra.

Os dados revelam, por exemplo, que para o período analisado (1987/89), o rendimento médio de quase metade da população ocupada

na Região (47,5%) está limitada a 1 salário mínimo, enquanto que 76,4% da população ocupada recebe até 3 salários mínimos. Por outro lado, apenas 0,2% da população ocupada recebem rendimentos superior a 15 salário mínimos.

Do ponto de vista da distribuição pessoal da renda, podem-se destacar fatos interessantes. Quase 1/4 da população ocupada apropriam-se de menos de 2% dos rendimentos do trabalho. A faixa de até 3 salários mínimos, equivalente a 76,4% da população ocupada absorve cerca de 30% dos rendimentos. Por outro lado, a faixa dos 6% mais ricos recebe de 16 salários mínimos; se apropriam de 39% dos rendimentos do trabalho. Esses resultados são pouco inferiores aqueles obtidos por SARDIA (1972) utilizando-se de dados de PNAD de 1969 para o Nordeste, quando revela que 6% dos mais ricos absorve 42,5% dos rendimentos.

Reservando-se as diferenças temporais e também metodológicas, esse resultado poderia indicar a existência de discrepâncias distributivas ainda maiores que as da RMS nas outras regiões urbanas dos demais estados nordestinos. Um outro cálculo empreendido pelo autor para as 5 regiões do país em 1969, parecem confirmar esta assertiva. O índice de Gini calculado para o Nordeste foi de 0,49 contra 0,38 para a RMS registrada nesse estudo. Contudo, o trabalho aqui desenvolvido para este tópico não teve a pretensão de ser conclusivo, tratou-se apenas de explorar a questão de modo um tanto superficial, valendo-se de alguns indicadores aqui obtidos.

Ainda dentro das explorações iniciais, realizamos uma breve discussão sobre a validade da política de salários mínimos na determinação da taxa de salários na região bem como suas implicações na distribuição de renda. O trabalho revela que a faixa de rendimento de "1 a 3 SM" apresentou índices estatísticos de correlação entre o Rendimento Médio Real da RMS e Salário Mínimo Real ao longo dos 24 meses da série, indicando que o rendimento real médio desse estrato para a RMS dependeu, em boa medida, do comportamento do salário mínimo real para o período compreendido entre set.87 a ago.89.

Tais conclusões de certo modo aceitam as interpretações desenvolvidas por SOUZA e BALTAR (1979, 1980) na perspectiva de que a taxa de salário da economia depende do processo de acumulação de capital, da estrutura produtiva, da composição da demanda e das formas de financiamentos exigidos no processo produtivo, além dos conflitos distributivos existentes entre os diversos segmentos sociais. Na medida em que a política do salário mínimo reflete o conjunto desses fatores, a associação entre as duas variáveis estaria explicitada. Retifica também as recentes evidências produzidas por CACCIAMALI, FÓRTELA e FREITAS (1984) para a Região Metropolitana de São Paulo. Segundo esses autores, a correlação encontrada entre os salários do mercado regulamentado (trabalhadores com carteira assinada) e o salário mínimo são explicações de duas formas: a) a hierarquia salarial das empresas tem como padrão o salário mínimo e b) o salário mínimo é referência para a fixação dos salários-base resultante de negociações coletivas entre empresas e sindicatos. Essas argumentações carecem factíveis para o caso da Região Metropolitana do Salvador.

Embora evidente para aqueles que eventualmente leram os dois trabalhos, cabe ressaltar, que o estudo aqui desenvolvido não teve o rigor de tratamento estatístico empreendido pelos citados autores, além de trabalhar com informações de rendimentos mensais oriundas do IPEU, as quais incorporam frequentemente flutuações conjunturais que são atenuadas quando da análise anual empreendida pelos autores.

Por fim, considerando que a faixa de 1 a 5 salários mínimos corresponde a 76,4% da população ocupada na RNS e que essa montante absorve apenas 25,8% da renda, conclui-se, ressalvadas as limitações aqui apresentadas, pela importância da política de recuperação do salário mínimo como elemento fundamental no processo de redistribuição de renda na Região.

A principal contribuição desse estudo, porém, é no sentido de melhor compreender as diferenciações de rendimentos na Região. Observa-se aqui que as variáveis classificadas como de oferta e salários

classificações como de demanda de mão-de-obra, contribuem de forma distinta na explicação das diferenças de rendimentos.

De todas as variáveis investigadas, a escolaridade, aqui classificada como uma das características pessoais de mão-de-obra, destaca-se como o principal fator explicativo da diferenciação dos rendimentos na RNS. As evidências empíricas deixam explícito que a diferenciação de rendimento segundo a escolaridade é bastante significativa, sendo francamente favorável para os indivíduos de maior escolaridade. Os resultados mostram, por exemplo, que os indivíduos com escolaridade entre 8 e 11 anos - que representa 23% da população ocupada - apresentam nível de rendimento 40% superior à média global dos ocupados. Já os indivíduos na faixa de 11 a 15 anos de estudo - que representa 24% da população ocupada - revela um rendimento médio 23% acima da média global dos educados. Por outro lado, os indivíduos na faixa de 1 a 4 anos de estudo - que representa 33% da população ocupada - apresentam um rendimento médio 20% inferior à média global dos ocupados. Um detalhe importante é que o elevado rendimento médio dos mais escolarizados não se deve ao fato deles trabalharem mais a fim de pagar a escolaridade recebida. As horas totais trabalhadas não diferem significativamente segundo as faixas de estudo.

Neste contexto, as discrepâncias marcantes dos rendimentos segundo a escolaridade podem ser creditadas a alguns aspectos relacionados a seguir:

1) O indivíduo mais educado apresenta melhor capacitação para o trabalho. O fato de se dispor de algum nível educacional tem efeitos cognitivos importantes para a atividade econômica dos indivíduos. Assim, a educação está fortemente associada à qualificação da mão-de-obra. Isso significa dizer que, em linhas gerais, o indivíduo mais escolarizado está mais apto para o trabalho, podendo exercer sua tarefa com maior eficiência e destreza. Os possuidores de níveis de escolaridade mais elevados, ainda que essa educação não seja específica para a tarefa que vai desempenhar na empresa, parecem ter uma maior facilidade de aprendizado. Contudo, deve-se ressaltar

importantes exceções a essa afirmativa. Foi observado que indivíduos de grupos ocupacionais qualificados que percebem elevados rendimentos, registraram uma média de escolaridade abaixo de média global. Esses casos parecem evidenciar que a qualificação não se verifica apenas através da escolaridade formal. Nesse caso, o aprendizado pela prática com o decorrer do tempo de serviço, as promoções internas restritas ao setor econômico influenciam fortemente os rendimentos, que estariam assim mais atrelados ao tipo de emprego.

2) A educação não somente eleva a produtividade mas também os custos e afeta os tipos de trabalho disponíveis a um indivíduo.

3) A escolaridade é um requisito importante no acesso ao mercado formal de trabalho, o qual remunera melhor e mais duravelmente.

4) Os indivíduos mais educados são mais exigentes na procura de emprego, buscando ocupações melhor situadas na estrutura ocupacional.

5) Os indivíduos mais educados têm maior acesso a informações sobre o mercado de trabalho e também maior habilidade para procurar emprego.

6) Verificamos uma associação entre educação, idade, que por sua vez está relacionada a tempo de serviço e rendimento. O comportamento do rendimento segundo as faixas de escolaridade ao longo da vida do indivíduo evidenciam fenômenos interessantes. Para as faixas de escolaridade "sem estudo"; "1 a 4 anos" e "4 a 8 anos" a evolução do rendimento a idade é bem semelhante. Nota-se que o rendimento evolui com a idade chega a um "pico" situado na faixa de 50-59 anos e depois sofre leve declínio. Esse desempenho parece indicar um ciclo de vida do indivíduo que a partir de certa idade apresenta uma queda de produtividade com seu envelhecimento. Contudo, as faixas de escolaridade "8 a 11 anos" e "11 a 15 anos" apresentam um comportamento quase linear para os rendimentos ao longo da idade, não apresentando curvas ou sinais de inflexão. Se se tratasse de

faixa de alta escolaridade ou desempenhar funções mais complexas, o aprofundamento no conhecimento das tarefas e portanto a produtividade não declina com o aumento da idade.

Das demais variáveis explicativas da diferenciação dos rendimentos destacam-se o gênero do indivíduo, classificada como características básicas da mão-de-obra, captando portanto forças de oferta de mão-de-obra. É importante notar que as disparidades de rendimentos são francamente desfavoráveis às mulheres e não podem ser atribuídas às diferenças de escolaridade. Parece os fato existir uma espécie de segregação ocupacional e setorial, onde as mulheres sofrem restrições para ocupar as melhores posições na estrutura ocupacional da região, as quais oferecem melhores níveis de rendimentos e estão alocadas mais frequentemente em setores mais atrasados da atividade econômica que pagam menores salários. Ademais, a elevada oferta de mulheres para o trabalho, advinda da sua emancipação ao longo das últimas décadas aliada à necessidade de sustentar a remuneração média da família, faz com que o empregador possa reduzir o preço dessa mão-de-obra.

Os grupos ocupacionais, aqui classificados como características funcionais e usados para captar forças de influência de demanda de trabalho na determinação dos rendimentos, destacam-se como variável importante fonte de diferenciação de rendimentos na região. De um modo geral, os resultados aqui obtidos evidenciam que as qualificações para o trabalho não se resumem a critérios educacionais. Nesta perspectiva, o qualiano estaria também ligado a diferenças qualitativas entre os trabalhadores, há que tange a adequação às peculiaridades do trabalho. A disciplina e a subordinação ao processo de trabalho. Assim, as evidências mostram que as diferenças significativas nos rendimentos entre os grupos ocupacionais devem-se, além das diferenças de escolaridade entre esses grupos (extremamente relevantes como demonstra os testes realizados), a outros elementos relacionados ao perfil do emprego na região e portanto da demanda local por trabalho.

A natureza da empresa, aqui classificada como características empresariais, apresentou-se como importante diferenciador de rendimento no mercado de trabalho da RMB. Os resultados obtidos, evidenciam, até com certa surpresa, a importância da natureza da empresa dentre as variáveis classificadas como empresariais, as quais buscam captar as influências da demanda de mão-de-obra na diferenciação dos rendimentos na Região Metropolitana de Salvador. Os números indicam que os empregados em instituições públicas - aqui entendidas como órgãos públicos, autarquias, fundações, empresas de economia mista, etc. - recebem rendimentos médios superiores à média global. Como visto no item 3.4) do cap. anterior, esse resultado deve ser relativizado se levado em consideração a distribuição dos grupos ocupacionais no interior da natureza da empresa e também a forma de coleta da informação que não abarcou os indivíduos autônomos, conta-própria e empregadores.

De todo modo, esses resultados parecem evidenciar o peso do setor público na região tanto como grande absorvedor de mão-de-obra (cerca 1/4 dos empregados), como na determinação de rendimentos. As diversas formas de inserção da mão-de-obra, incluindo informalidade, subcontratação, terceirização, etc, em grande medida, com suas influências negativas sobre os rendimentos, verificam-se comumente no mercado onde atua a iniciativa privada. Também, a flexibilidade para deslizar e contratar e com isso rebatizar os custos da mão-de-obra, é quase uma exclusividade do setor privado. Além disso, parece existir para o setor público, aquilo que a Teoria Dual chamou de "mercado interno de trabalho". As empresas e órgãos estatais situados na região possuem planos de carreira e estrutura de cargos bem definidos de forma que numerosas vagas são preenchidas via promoções internas, respeitando-se os critérios de antiguidade e não através de contratações sistemáticas no mercado externo de trabalho.

Ainda verificou-se importantes variáveis segundo sua fonte de influência na diferenciação dos rendimentos, muito embora seu grau de explicação seja mais restrito. Elas serão relacionadas a seguir em ordem de importância:

a) O tempo de serviço, incluído no grupo de Características Funcionais influencia os rendimentos na medida que reflete uma maior experiência. No setor formal de trabalho, o maior tempo de serviço é importante elemento de demanda já que o indivíduo com maior experiência tende a ter um conhecimento mais aprofundado de sua tarefa. Portanto o tempo de serviço parece ser uma variável instrumental importante na aquisição da qualificação de mão-de-obra. No mercado informal o tempo de serviço implica em conhecimento de técnicas na produção mercantil além de uma melhor percepção da dinâmica do negócio ou ramo de atividade em que atua.

b) O segmento econômico, classificado como características empresariais e captadores de demanda de trabalho constitui-se em importante fator nas diferenciações dos rendimentos. Constatando o que se previa para os segmentos mais desenvolvidos tecnologicamente, os rendimentos médios na Indústria de Transformação e Serviços Especializados superaram de forma expressiva a média global dos rendimentos das ocupações na RNS. Esse fato é explicado, em boa medida, por uma segmentação do mercado a la Teoria Dual, classificada como mercado primário, onde as empresas do segmento mais bem estruturadas, de posse sobre o mercado e elevado investimento em capital fixo (alta relação capital-trabalho) pressionadas pela forte organização sindical, leva a uma estruturação dos planos de cargos de modo a oferecer oportunidades de ascensão que pode ser verificada tanto pela experiência (tempo de serviço) como pelo investimento em capital humano. Assim, suscita-se a existência de mercados internos de trabalho mais ou menos estruturados nos quais a entrada é mais difícil (quando ocorre e geralmente nas condições inferiores) e a valorização da mão-de-obra é maior. Por outro lado, verificou-se baixos rendimentos para os segmentos Serviços Domésticos, Agricultura, Pequeno e médio comércio e Serviços não especializados que parecem ter características semelhantes às aquelas atribuídas pela referida teoria para o chamado mercado secundário quais sejam: baixa produtividade das empresas, precarização das relações de trabalho, instabilidade constante e a quase inexistência de planos de carreira e oportunidades de promoção funcional.

el é cor, incluída dentro o grupo de Características Pessoais e fatores de influência de oferta de trabalho, constitui-se importante discriminante no mercado de trabalho. Pede-se saber com a pesquisa que os indivíduos de cor preta/parda tem vantagens significativas na obtenção de rendimentos na FMS. Foi constatado que as diferenças de escolaridade entre os dois grupos étnicos são significativas e influenciam a obtenção de rendimentos.

Por fim, é digno de menção que a comparação entre os grupos de características a fim de verificar se as diferenciações dos rendimentos são determinadas mais fortemente pelas variáveis de oferta em conjunto ou se pelas variáveis de demanda, também avaliadas em conjunto, não foi possível de ser realizado. Contudo, a julgar pelas contribuições individuais de cada uma delas, chega-se a algumas conclusões. A variável escolaridade aqui classificada como de oferta de mão-de-obra contemporaneamente aos da demanda como a principal responsável pela diferenciação de rendimentos da FMS.

Contudo, não seria correto concluir que as variáveis de oferta de trabalho são mais relevantes na diferenciação de rendimentos que aquelas de demanda de trabalho. Como já mencionado existem algumas ressalvas para a classificação da escolaridade como sendo exclusivamente uma variável de oferta, posto que reflete em boa medida a qualificação do indivíduo, estando também elementos de demanda de trabalho. Abstermo-se a escolaridade, o gênero é a variável mais importante dentro as características pessoais, sendo então a única a apresentar estatísticas mais significativas que as características determinadoras de influência de demanda de mão-de-obra. Isto denota que as qualificações exigidas para os segmentos mais organizados - estruturados e desenvolvidos tecnologicamente - são atendidas pela dinâmica de acumulação na região. Isto porque o processo de desenvolvimento industrial na FMS ensaiou um perfil de trabalhadores adequados às suas necessidades, independentemente das características pessoais de mão-de-obra. Dado o elevado excedente de trabalho, essas características pessoais parecem funcionar como uma espécie de filtro, selecionando os trabalhadores a baixo custo -

nes da *discriminação* estatística - entre a grande oferta de mão-de-obra.

Por fim, poder-se-ia dizer que a internalização do modelo capitalista nacional com o processo de industrialização rápida da RNS na década de 70 implicou, à exemplo do que aconteceu no país, num crescimento concentrado sem o concomitante desenvolvimento de políticas voltadas a reduzir a sub-ocupação e redirecioná-la para as novas demandas por trabalho. Aliado a isto, as políticas macroeconômicas de ajustamentos implementadas na década de 80, impulsionaram o aumento do desemprego conjuntural, fazendo com que os indivíduos desempregados buscassem se engajar em ocupações irregulares e temporárias. Esse quadro aponta diferenças estruturais na composição do emprego na região, revelando sua heterogeneidade ao passo que demonstram que a ampliação do leque de ocupações implicaram também numa maior dispersão dos rendimentos.

Cabe finalmente mencionar as limitações mais aparentes deste estudo. Mesmo não pretendendo fazer uma reconstituição histórica da estruturação do emprego da RNS, até porque a base de dados não permitiria extrapolações fora do período considerado, talvez pudéssemos uma análise mais aprofundada da formação da mão-de-obra local via-as as dinâmicas de relações inter-setoriais. Todavia, entendendo o trabalho como ponto de partida para o estudo de uma questão pouco explorada como as diferenciações dos rendimentos na RNS e, por isso mesmo, jamais poderia abarcar todas as linhas de pesquisas que poderiam ser desenvolvidas.

Apesar do grande esforço realizado no sentido de buscar os métodos estatísticos mais adequados para a avaliação dos dados, reconheço que outros tratamentos mais sofisticados poderiam ter sido utilizados, o que provavelmente contribuiria para explicitar questões ainda recusas bem como permitir maior grau de confiança nas generalizações aqui realizadas.

A despeito das imprecisões e limitações existentes, esboça-se que o trabalho desenvolvido contribua para o melhor entendimento das diferenciações dos rendimentos na RMS, abrindo caminho para novas linhas de pesquisa sobre a questão. Muitas delas poderiam ser sugeridas, porém ressaltar as mais imediatas: a) Estudar a oferta de trabalho e a estrutura de rendimentos, incorporando os elementos ligados à família do trabalhador (número de dependentes, posição na família, tipo de domicílio, etc.); b) Estudar a alocação de trabalho visto-a-via as dinâmicas intersectoriais e os rendimentos sobre os rendimentos; c) Empreender um estudo mais específico com o intuito de verificar se o tipo de segmentação da RMS se enquadra perfeitamente naquela preconizada pela Teoria Dual; d) Empreender a distribuição espacial dos rendimentos na RMS - perfil dos rendimentos por bairros ou áreas homogêneas. São apenas algumas sugestões.

Também o extenso material empírico advindo da F&E, tratado e sistematizado durante essa pesquisa, viabiliza mais facilmente o desenvolvimento dos temas acima relacionados, bem como tantos outros que poderiam ser propostos no âmbito desta temática.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, S. J. "Sobre salários nominais: as críticas keynesianas e monetaristas e abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho" in Essa. e Plan. Econ., v.10, n.2, 1986.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Plano Amparo para a Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMS. Salvador: SETRAB-BA; SUDENE; SEADE; UFBA, 1986.

..... "Alguns resultados preliminares da pesquisa sobre emprego e desemprego na RMS" in Força de Trabalho e Emprego, v.5, n.2, SINE-MTb, Salvador, 1988.

..... "Algumas investigações sobre os ocupados na indústria de região metropolitana de Salvador" in Força de Trabalho e Emprego, v.9, n.1, SINE-MTb, Salvador, 1992.

AZEVEDO, José S. S. & SOUZA, Frederico F. "As novas Tecnologias e o Mundo do Trabalho" in Força de Trabalho e Emprego, v.10, n.2/3, SINE-MTb, Salvador, 1993.

BACHA, E. & TAYLOR, L. "Brazilian income distribution in the 1960's" in The Journal of Development Studies, 14 (5), 1979.

BAHIA. Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. Directórias de Política Social. Salvador, SETRAB-BA, 1986.

BAIROS, Luiza. "Desemprego: O negro é o primeiro que sobra" in Força de Trabalho e Emprego, v.10, n.1, SINE-MTb, Salvador, 1993.

BAIROS, Luiza H., BARRETO, Vanda Sa & CASTRO, Nadya C. "Negros e Brancos em um mercado de trabalho em mudança" in Ciências

Sociologia Hoje, 1992, ANFOCS, Rio Fundo Editora, Rio de Janeiro, 1992.

....., "Vivendo em Sobressalto" in Força de Trabalho e Emprego, v.10, n.1, SINE-MTb, Salvador, 1993.

BARRATO, Vanda S. Sá. "Cor tem lugar: a estrutura ocupacional na RME" in Força de Trabalho e Emprego, v. 9, n.1, SINE-MTb, Salvador, 1992. *

....., "Diferenciações Raciais no Mercado de Trabalho" Força de Trabalho e Emprego, v.10, n.1, SINE-MTb, Salvador, 1993. *

BECKER, G. Human Capital, New York, Columbia University Press, 1964. *

BECKER, Gary S. & CHISWICK, Barry. "Education and the distribution of earnings", American Economic Review, v. 56, n.2, p. 384-389, 1966. *

BOWLES, Samuel. "Schooling and Inequality from Generation to Generation", Journal Pol. Econ., 80 (3), máj/jun 1972.

BRAVERMAN, H. Trabalho e o capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX, Zahar, 1977.

DUARTE, Sérgio C. et alii. Teoria do emprego e industrialização tardia: o emprego na teoria e política de desenvolvimento no Nordeste, Recife: FUNDAQ; SUDENE; Massangana, 1967.

BUCHÉLI, Maria. "Diferencias sectoriales de salarios entre trabajadores privados urbanos en Uruguay" in Revista de Econometria, v. X, n.2, p. 337-355, 1990.

BUSBAG, Wilton O. Análise de Variância e de regressão, São Paulo, 1984. (Coleção Métodos Quantitativos).

CACCIANALI, Maria C. "O mercado de trabalhos abordagens duas", in *

Revista de Administração de Empresas, 15 (1) 75.

_____. "As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda". In: CANABUO, J. M. & GIAMBIASI, F. A distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

CACCIARALI, PORTELA & FREITAS. "O papel do salário mínimo nos anos 80; novas observações para o caso brasileiro" in Rev. Brasileira de Economia, 48 (1): 29-45, jan-mar/94.

CAMPDES, Eduardo S. & COSTEÇA, Patrício. Fundamentos de economia e organização industrial, Macri, MacGraw-Hill Interamericana, Espanha, 1994.

CASTRO, Nadya A. "Mercado de Trabalho, Mobilidade Social e Diferenciação Social" in Força de Trabalho e Emprego, v.10, n.1, SINE-MTB, Salvador, 1993.

CASTRO, Nadya Araújo & BARRETO, Yanda Sá. "Os Negros que dão cerco. Mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades ocupacionais". XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1992 (mimeo).

CASTRO LIMA, Carmen Lucia. Estrutura do emprego no setor terciário da Região Metropolitana de Salvador utilizando os dados da PED: 1987/89. Monografia de conclusão de curso, Faculdade de Ciências Econômicas/UFBA, 1993.

CEI/SEPLANTEC. FIB - Bahia - 1975/91. Metodologia e Séries Retrospectivas. Series Especiais, 1992.

CHAHAD, José Paulo Z. & LUCHE, Carlos Antonio. "Absorção de mão-de-obra industrial: análise do caso brasileiro". In: CHAHAD, J.P.Z. (org.). O mercado de trabalho no Brasil: aspectos teóricos e evidências empíricas. São Paulo: IPE/USP, 1986.

CHAHAD, José Paulo Z. Oferta de Trabalho e Estrutura Ocupacional. Revista Econômica, n. 17. IPE-USP, 1981.

- CHAIA, Riggel W. "Os negros e a discriminação racial no mercado de trabalho" in Fundação SEADE. Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: PED/SEADE-DIEESE, São Paulo, SEADE, p.164-176, 1985. *
- CUNHA, PAULO V. "Qualidade do mercado de trabalho: uma verificação empírica em uma amostra de trabalhadores de baixa renda" in Essa. e Planos. Esp. 7 (1), abr/77, p.101-144. *
- CUNHA, Paulo Vieira. "A organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos" in Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, p.29-46, 1979.
- DEDECCA, Claudio. "Os 25% mais pobres: a questão do salário mínimo" in Fundação SEADE. Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: PED/SEADE-DIEESE, São Paulo, SEADE, p.310-326, 1987a.
- _____. "Os 25% mais pobres: seu perfil de emprego e renda" in Fundação SEADE. Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: PED/SEADE-DIEESE, São Paulo, SEADE, p.327-352, 1987b.
- DEDECCA, Claudio & FERRASINA, Sínesio. "Dinâmica do mercado de trabalho na Grande São Paulo: inter-relações entre as variáveis do nível ocupacional e de PEA (1986-87)" in Fundação SEADE. Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: PED/SEADE-DIEESE, São Paulo, SEADE, p.3-15, 1987.
- DEDECCA, Claudio & SAUNDAC, Genoré N. C. "Recessão, emprego e desemprego: as perspectivas em relação a este grave problema social" in Força de Trabalho e Emprego, v.10, n.2/3, 1991.
- § DEDECCA, Claudio. "A questão da terciarização" in Força de Trabalho e Emprego, v.9, n.1, 1992.
- DUNLOP, J. J. "The Task of contemporary wage theory" in The theory of wage determination, New York, et. Martin Press, 1967.

- FABUNDES, Emília M. A informalidade na Região Metropolitana de Salvador: um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado, CNE/UFBA, 1992.
- FARATH, Lya B. A. "Grau de escolarização e inserção no Mercado de Trabalho" in Fundação SEADE, Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: FED/SEADE-DIEESE, São Paulo, SEADE, p.237-246, 1989a.
- _____, "Os assalariados do setor Privado" in Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: FED/SEADE-DIEESE, São Paulo, SEADE, p.265-309, 1989a.
- FERGUSON, C.E. The neoclassical Theory of Production and distribution, Cambridge Univer. Press, 1969.
- FERREIRA, Jussara M. M. "A participação da mulher no mercado de trabalho da grande São Paulo entre 1985 e 1987" in Fundação SEADE, Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: FED/SEADE-DIEESE, São Paulo, SEADE, p.95-101, 1989.
- FIGUEROA, A. "Brazilian size distribution of income" in American Economic Review, 62, may 1972.
- GINDLING, T. H. Women's earnings and economic crisis in Costa Rica: University of Maryland at Baltimore, 1980.
- GORDON, David M. Theories of Fertility and Underemployment, D.C. Heath and Company, Lexington, Massachusetts, 1972.
- GRIFFITHS, J. & MASON, W. "Education, income and ability" in Journal of Political Economy, v.80, n.3, parte 2, May/June 1972.
- HOSENFELD, Carlos. "1976: As desigualdades raciais revisitadas" in L.A. Machado da Silva et alii, Movimentos Sociais e Urbanos, Minorias Étnicas e outros estudos, Brasília, ANPOCS (Ciências Sociais Hoje 2, p.179-197, 1983.

- "O negro na indústria: proletarianização tardia e desigual", XV Encontro Anual da ANPOCS, GT "Processos de Trabalho e Relações Sociais", Caxambu, 1985.
- HIRATA, H., MARX, K. et alii. "Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro". Coleção Documentos, Série Política Científica e Tecnológica 6, USP, Inst. de Estudos Avançados, São Paulo, mai/1971.
- HIRATA, H. (Org.). Sobre o 'modelo' Japonês, Edusp, São Paulo, 1973.
- HOBSON, John A. A evolução do capitalismo moderno (1906), Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- HOEL, Paul. Estatística Elementar, Editora Atlas, São Paulo, 1961.
- HOFFMANN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil, Atica, São Paulo, 1980.
- HOFFMANN, R. "Considerações recentes sobre a distribuição de renda no Brasil" in Rev. de Administração de Empresas, 13 (2), 1973.
- JEJIN, Elisabeth. "Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional: o caso de Salvador" in Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 7, 1974.
- LEWIS, Oswaldo. "Dois instrumentos de avaliação da distribuição de renda" in Rev. Brasileira de Estatística, ano 14, n. 133, p. 3-30, 1973.
- JOHNSTON, J. Métodos Econômetrícos, Atlas, São Paulo, 1977.
- KEYNES, J.M. A teoria Geral do Emprego do Juro e da Renda. Nova Cultural, 1985.

KELEJIAN, Harry H. & DATES, Wallace E. Introdução à Econometria, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1978.

KMENTA, Jan. Elementos de Econometria, Atlas, São Paulo, 1990.

0 KON, Anita. "A segmentação Ocupacional do Mercado de Trabalho Brasileiro em uma abordagem regional" in Estudos Econômicos, v. 19, n. especial, SP, 1989. *

KURATANI, M. Human capital and earnings distribution in Japan. Workshop in application of economics, University of Chicago, 1971.

LAGO, ALMEIDA, & DE LIMA. Estrutura Ocupacional, Educação e Formação de mão-de-obra, IBRE, n.4, FGV, RJ, 1983.

LAM, David & LEVISON, Deborah. "O Declínio na desigualdade de escolaridade no Brasil e seus efeitos na desigualdade de rendimentos" in Revista de Econometria, v. X, n. 2, p. 243-278, RJ, 1990a.

0 _____, "Idade, experiência, escolaridade e diferenciais de renda: Estados Unidos e Brasil" in Pesquisa e Planej. Econômico, v. 20, n.2, p. 219-256, 1990b.

LANSONI, Carlos B. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil, Expressão e cultura, Rio de Janeiro, 1973.

LIMA, Ricardo. "Mercado de Trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação" in Pesq. e Planej. Eco., 10 (1), abr/80, p. 217-272.

MACEDO, R. "Salário Mínimo e distribuição de renda no Brasil" in Estudos Econômicos, 11 (1), 1981.

MACEDO & GARCIA, M.E. "Observações sobre a política Brasileira do Salário Mínimo", IPE/USP, 1978 (Texto p/ discussão, 27).

- _____. "Salário Mínimo e taxa de salário no Brasil" in Pesquisa e Planos Econômicos, 10 (3), 1960.
- PARBLIN, S. "Origem e funções do parcelamento das tarifas" in SOZZI, S. André, Crítica da Divisão do Trabalho, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, São Paulo, 1980.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia Política (1890), Abril Cultural, São Paulo, 1987.
- MARX, Karl. O Capital, Nova Cultural, São Paulo, 1988.
- _____. "Salário, Preço e Lucro" (1865) in Os Escritos, Abril Cultural, São Paulo, 1976.
- MCCLAVE, James F.; BROWN, R. George. Statistics for Business and Economics, Santa Clara: Dellen Publishing Company, 1982.
- MELLO SOUZA, Alberto. "Escolha de emprego e qualificação no mercado de trabalho" in Pesquisa e Planos Econômicos, 6 (1), p. 107-130, 1976.
- MILL, Stuart. Princípios de Economia Política (1848), Nova Cultural, São Paulo, 1980.
- MINCER, Jacob. "Investments in human capital and personal income distribution" in Journal of Political Economy, v.66, n.4, 1958.
- _____. Schooling, experience, and earnings, New York: NBER, 1974.
- MTB. CBO - Código Brasileiro de Ocupações, Brasília, 1972.
- NABUCCO, Maria Regina. "Segmentação, terciarização e Educação" in Estudos Econômicos, v.19, n. especial, SP, 1987, p.47-61.
- NELSON, R. Labor demand, labor supply and the suborganization of

low-wage office work, 1972.

NUSS, J. "Supercoleccion relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal". Rev. Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, v.5, n.2, 1967.

OLIVEIRA, Ismael E. G. Teoria Dual do Mercado de Trabalho e a Determinação de Salários na Indústria de Pernambuco. Textos para Discussão n. 16, IPBA, Ago/67. *

ORTESA, Francisco. "Los salarios en el sector manufacturero de Colombia", in SALAZAR-CARILLO, J. Estructura de los salarios industriales en América Latina, Ed. Siap, Buenos Aires, 1979.

PEREIRA, Fernando. "Os processos de informalidade e sua organização" in Força de Trabalho e Emprego, v.7, n. 3, SINE-MTB, Salvador, 1986.

_____. Uma Introdução à Economia das Nações, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1991.

_____. "A Frustração do Trabalhador" in Força de Trabalho e Emprego, v.7, n. 3, SINE-MTB, Salvador, 1994.

PIORE & CERLINGER. Internal Labor Market and Manpower Analysis, Lexington, Mass. Heath & Co., 1971.

PIORE, Michael. "The Dual Labor Market: Theory and Implications, Problems Economy": An Urban Perspective, Ed. D.M. Gordon, Lexington, Mass.: D. C. Heath and Co. (1971).

PRATES RODRIGUES, Maria E. "Ciclos do mercado de trabalho: 1963-93" in Conjuntura Econômica, v.48, n.7, FGV, 1994.

PREALC/DIT. "Capacitación para los ocupados en los sectores rezagados de la economía" in Revista Internacional del Trabajo, v. 103, n. 4, 1977.

- PEACHAROPOLUS, Georges & ARRIBADA, Ana M. "La composición de la mano de obra según el nivel de instrucción: Cooperación internacional" in Revista Internacional del Trabajo, v. 105, n. 4, 1988.
- POLACHEK, S. "Occupational segregation and the gender wage gap" in Research and Policy Review, v.6, p. 47-61.
- PORDARO, Rosa M. "Desigualdade racial e segmentação do mercado de trabalho" in Estudos Afro-Asiáticos, n. 15, p. 171-207. *
- REICH, GORDON & EDWARDS. "A Theory of Labor Market Segmentation" in Am. Econom. Rev., n.3 (1), p. 389-405, mai/73. *
- REIS, José B. G. & BARROS, Ricardo P. "Desigualdade salarial e distribuição de educação: a evolução das diferenças regionais no Brasil" in Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 20, n.3, p. 415-478, 1990.
- RICARDO, David. Princípios de Economia Política (1817), Nova Cultural, São Paulo, 1988.
- ROTHORN, Bob. Capitalismo, conflito e inflação. Lacer Editores, Rio de Janeiro, 1982.
- RODRIGUES, Marcia & FERREIRA, Jussara M. N. "Absorção migrantes pelo mercado de trabalho" in Fundação SEADE. Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: FE07/SEADE-DJESSE, São Paulo, SEADE, p.196-221, 1989.
- "Conjuntura Econômica e inserção do migrante recente no mercado de trabalho de São Paulo" in Fundação SEADE. Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: FE07/SEADE-DJESSE, São Paulo, SEADE, p.196-240, 1989.

GABOIA, JORGE. "Emprego, renda e pobreza no Brasil na década de oitenta" in Forças de Trabalho e Emprego, v. 3, n. 1, FINE-MTB, Salvador, 1992.

_____. Qualismo ou Intersecção no Mercado de Trabalho? A Experiência recente da economia brasileira. UFRJ/IEI, Textos para discussão 173, 1988.

_____. "Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil durante a crise: 1980/83". Revista de Economia Política, v. 6, n. 3, 1986.

SALAZAR-CARRILLO, Jorge. Estructura de los salarios industriales en América Latina, Ediciones Siaz, Buenos Aires, 1948.

SANDBYAL, Salvador. "Los mecanismos de discriminación racial en el mercado de trabajo en el caso del Brasil urbano" in Estudios Sociológicos, v. 11, n. 23, p. 35-60.

SANTOS, E. e SEIDLACEK, B. "Evolução da participação feminina no mercado de trabalho de 1963 a 1985" in Revista de Econometria, SBE, Ano 1, n. 2, nov/90.

SAVEDOFF, William O. "Os diferenciais regionais de salários no Brasil: segmentação versus dinamismo de salários" in Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 20, n. 3, 1990.

SCHULTZ, Theodor. O Capital humano, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.

SEADE/DIEESE. "Estrutura do Emprego na região metropolitana de São Paulo na segunda metade dos anos oitenta" in Pesquisas de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo: Principais Resultados, n. 67 e 70.

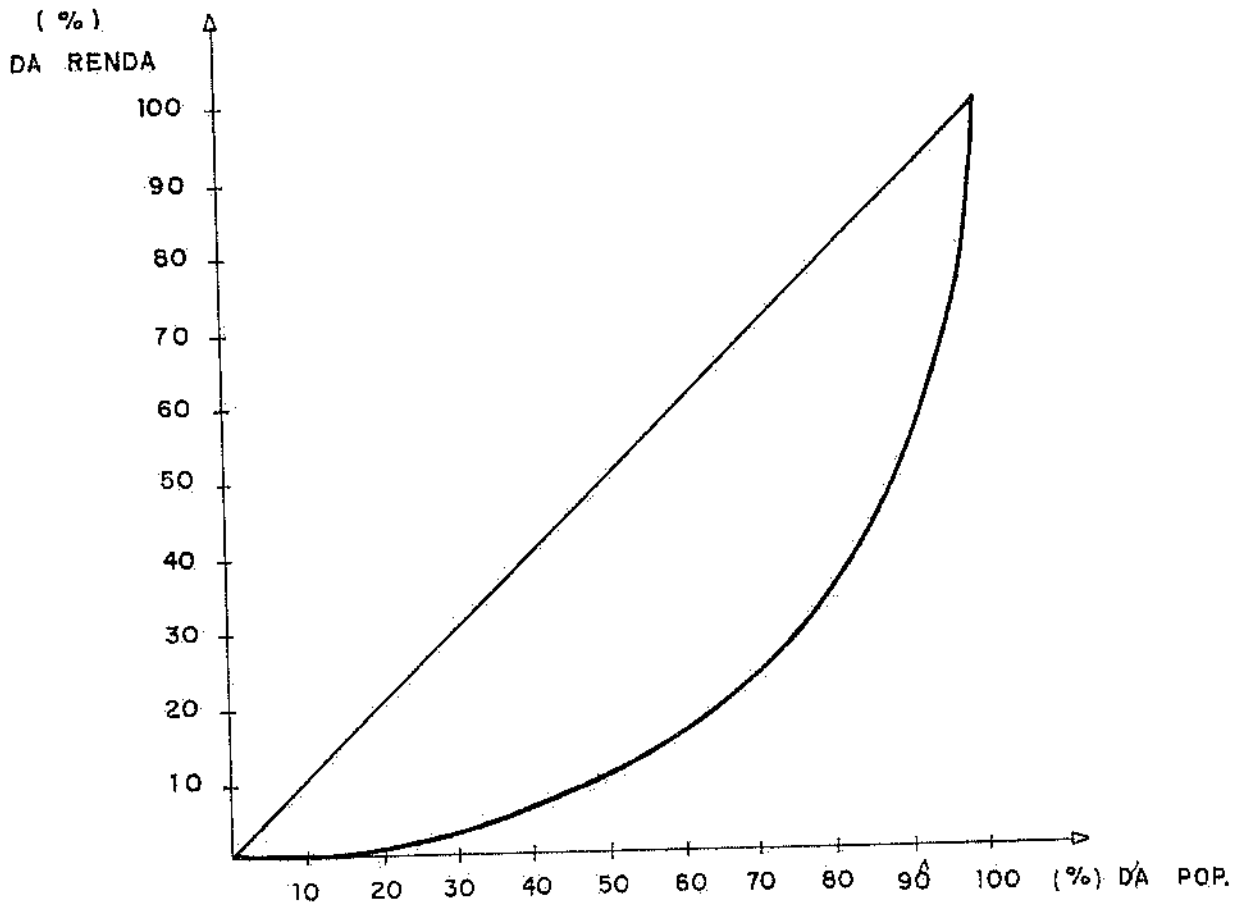
- SEDLACEK, S. L.; BARROS, R. F.; VARENDAS, S. "Segmentação e mobilidade no mercado de trabalho: a carteira de trabalho em São Paulo" in Pesq. e Plan. Econ., v. 20, n.1, p. 87-104, abr/ 1990. *
- SENNA, José Julio. "Escolaridade, experiência no trabalho e salários no Brasil" in Revista Brasileira de Economia, 30 (2): 75.
- SILVA, Paula D. "Relações raciais e condições de trabalho na Bahia" in Força de Trabalho e Emprego, v.7, n.3, 1992. *
- SIEBEL, Sidney. Estatística não-paramétrica. Ed. McGraw - Hill, São Paulo, 1977.
- SILBERBERG, Eugene. The Structure of Economics. McGraw-Hill, New York, 1978.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações (1776), Nova Cultural, São Paulo, 1988.
- SOLIMANO, Andrea. "Mercado de Trabalho: quatro enfoques em busca de um paradigma" in Pesq. e Plan. Econômico, v. 18, n.3, 1985, p. 361-394.
- SOUZA & BALTAN, P.E. "Salário mínimo e taxa de salários no Brasil" in Pesquisas e Planejamento Econômico, 9 (3), 1979.
- _____. "Salário Mínimo e taxa de salário no Brasil - réplica." Pesquisas e Planejamento Econômico, 10 (3), 1980.
- BANIA, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Perfil do Comércio na Região Metropolitana de Salvador, SIC/FCEB, Salvador, 1993.
- TERRAL, Katherine. "Estructura ocupacional y diferencias salariales entre mujeres y hombres" in Rev. Internacional del Trabajo, v.112, n. 1, 1993.
- TOLOSA, Hamilton C. "Dualismo no Mercado de Trabalho Urbano" in Pesq. e Plan. Econ., v.5, junho 1978. *

VELLOSO, Ricardo E. "Relevo mínimo e a taxa de salários: o caso brasileiro" in Resq. e Fiand. Econômico, v. 20, n.3, p. 489-520, 1990.

WARY, René. "Previsões de mão de obra y mercado del empleo" in Rev. Internacional del Trabajo, v.97, n. 3, 1978.

A N E X O S

CONCENTRAÇÃO DE RENDA NA RMS

CURVA DE LORENZ

AGREGAÇÃO DAS OCUPIÇÕES

EMPRESARIAIS

1) Empresários (inclusive magistratura)

202 "Empr. Agricolas" 203 "Empr. Ex Min"
 204 "Empr. Ind Transf" 205 "Empr. Cons civil" 206
 "Empr. Comer"
 207 "Empr. Servicos" 210 "Dir e Chef. Ass Publica"
 211 "Minist e Gover" 213 "Magistrados" 214 "Dir. Ass.
 Ch. S. Pub"
 211 "Proc. Agro Autonomo"

2) Gerencia Interim. e Direcao Superior

174 "Prod. de Espectaculos" 147 "Dir. Esc. orient de ens"
 231 "Adm. Ger Ind Transf" 232 "Adm. Ger Agr e Ext Min"
 234 "Adm. Ger Cons. Civil" 235 "Adm. Ger Comercio"
 237 " Adm. Ger Setor Finan" 239 "Outros Adm e Ger"

EXEDUCAO

3) Prof. Nivel Superior

11 "Farmac" 21 "Org. e Eng."
 27 "Geologo" 29 "Cartografo"
 31 "Biclogistas" 33 "Agronomos"
 41 "Medicos" 43 "Dentistas" 45 "Veterinarios"
 55 "Nutric" 71 "Enfermeiros"
 76 "Fisioterap" 81 "Estatisticos"
 83 "Anal. sistemas" 84 "Prog. de Comput" 91
 "Econometistas"
 110 "Audit. Cont" 121 "Advogados" 129 "Procur"
 132 "Prof. Ens. Sup" 141 "Prof. 2o Grau"
 151 "Escritores" 152 "Jornalistas"
 191 "Biblio, Museo, etc" 192 "Antop. Soc. Geog"
 193 "Ass. Soc" 194 "Psicologos" 196 "Religiosos"

4) Profissionais Qualificados ligados a Producao

31 "Tec. Agrop." 35 "Tec. Quimica"
 37 "Insc. Qual." 75 "Oficiais"
 161 "Artesao Ceramica"
 303 "Chef. Enc Secao Pro Ind" 309 "Enc Imediato"
 701 "Mestres C. Civil e Ind transf" 702 "Mestres e Tec Ex
 Min"

703 "Mestre e Tec Ener Elec" 704 "Mestre e Tec Ind
 Textil"
 714 "Trab Ex Petrol" 715 "Sono de Focos-Exclus Petrol"
 721 "Fornheiro Metalurg" 722 "Laminador"
 728 "Salvador e Repar. Metal" 794 "Modelista"
 832 "Ferramenteiro"
 841 "Montador Ind Metal" 842 "Protetico"
 849 "Ajust e mont mec" 852 "Mont Eq Electron"
 871 "Encadernador"
 880 "Cuniva, Lapis, Aciog" 891 "Vidreiro"
 893 "Ceramista" 954 "Caranteiro"

3) Outros Profissionais Qualificados

30 "Tec. Contab" 33 "Desenhista"
 41 "Aviador civil" 92 "Tec. Agr."
 142 "Prof. 1o Grau" 143 "Prof. Pre-Escolar"
 144 "Inst. Form. Prof" 150 "Rel. Publicas"
 162 "Cenografos" 163 "Cinegraf. fotog."
 171 "Comp. e Musicos" 173 "Arq. Cinema"
 181 "Tec. Esporte" 313 "Comissario de Policia"
 314 "Tabel. Escr de Cart"
 441 "Corretor Indv. Seguros" 443 "Leiloeiros"
 921 "Mont Eq Elet" 925 "Fotogravador"
 926 "Encadernador"

6) Profissionais Semicualificados Ligados a Producao

2 "Enfer nao Diplom." 155 "Locutor e Comen"
 162 "Jogao. Futebol" 169 "Juizes de Futebol"
 301 "Chef, Ent Sacao de Serv Adm"
 341 "Cicerone" 357 "Cervejeiro"
 443 "Pescador" 475 "Trator e Mag Agro"
 711 "Marceiro" 712 "Op Mag Ex Fedras"
 722 "Serrador" 751 "Machado" 752 "Concalsairo"
 753 "Urddor e Remetador" 754 "Bandeiro"
 756 "Acab. de Pano, Estampador"
 775 "Doceiros na Industria" 777 "Ocupo ind Cafe"
 778 "Ocupo ind Bebidas" 779 "Ocupo ind Oleaginosas"
 831 "Serraneiro" 833 "Tor Mec e Refri."
 835 "Op Prensa Mec" 836 "Folion e esmerilhador"
 872 "Soldador" 873 "Funieiro"
 874 "Recitador, mont estr metalica"
 891 "Vidreiro" 892 "Dielro" 902 "Serracheiro"
 903 "Op Mag Ind Gdr. e Ples" 921 "Tipografo"
 922 "Out ocupo ind Grafica" 924 "Sreivador"
 929 "Revisor grafico" 943 "Op Artes Cimento"

7) Profissionais Semiquualificados de Manutenção

42 "Mestres Sapeiros" 601 "Capataz"
 639 "Sarcineiro" 654 "Ervateiros"
 729 "Modelador"
 796 "Estof e colcho" 797 "Carpideira e Sordau"
 801 "Escaveiro" 811 "Marseneiro"
 815 "Montador Moveis"
 843 "Mecanico Veic Auto I"
 848 "Mec s/ Espec I"
 854 "Rep Eq Elet e Electron I" 861 "Out Op n/espec"
 862 "Op Prod Cinema"
 932 "Armador concreto" 935 "Ladrilheiro"
 939 "Calafetador"
 969 "Caldereiro" 979 "Op Espalhadeira"
 985 "Op naq C. Civil"
 986 "Inst Eq Telecom" 987 "Guarda-fios"
 991 "Op Inst Prod Ener Elet"

8) Profissionais Semiquualificados de Vendas

421 "Fiscais de Lojas e Supermer" 422 "Compradores"
 432 "Repres. Comer" 442 "Promotor Vendas"
 463 "Despachadores" 462 "Vendedor I"
 463 "Vendedor II" 464 "Vendedor III"

9) Autônomos Semiquualificados

452 "Vendedor V" 455 "Vendedor IV"
 690 "Doceiros no Comercio"
 844 "Mecanico Veic Auto II"
 847 "Mec s/ Especif. II"
 856 "Rep. Eq. Elet. e Electron III"

10) Profissionais Não Qualificados

332 "Bilheiteiros"
 481 "Frentistas" 599 "Desetia e Engren"
 630 "Apoenadores, Queo. Seccao" 633 "Lavrador"
 651 "Madereiro" 719 "Cariolpeiros"
 773 "Magarefe" 774 "Linguleiros"
 781 "Prés. de fumo" 790 "Overloquistas"
 799 "Aux. costura" 802 "Trab Pao Calçado"
 812 "Op naq Mercenarie"
 842 "Massoureiro" 887 "Vidreleiro"
 971 "Escavador" 986 "Laveleiro"
 997 "Trab bracois sv especif"

AF-010

11) Servicos Publicos - Utilidades

8 "Guardas Metrop e civis e oficiais"
 42 "Ofic. Marinha Mercante" 318 "Guardas Sanitarios"
 331 "Agent. Est Ferro" 362 "Agent. Postais e Telég"
 333 "Agent. Serv. Aereos" 370 "Carteiros"
 341 "Comissario de Bordo"
 381 "Bombeiro" 382 "Invest. de Policia"
 384 "Carcereiro" 384 "Guarda Civil"
 401 "Barbeiro, Canceiro"
 402 "Fogueteiro de Embarcacao" 403 "Fogueteiro de trem"
 404 "Manobreiro e Sinalheiro"

12) Escriitorios

311 "Ass. Adm" 321 "Secretaria"
 323 "Datil. Oper. Maq. Proc" 331 "Aux. Cont. Caixa"
 380 "Telefonista, Telegraf e Radioteleg"
 391 "Almox. Estoc" 395 "Aux. Sec. Aux. Adm"
 398 "Arquivista" 340 "Despach Com e de Doc"

13) Servicos Gerais I (c/ carteira assinada)

184 "Vigia I" 206 "Com. Marc e/ esp"
 350 "Contadores, Despach"
 394 "Recepcionista" 399 "Continuos"
 534 "Copeiros e Garcons I"
 535 "Porteiro, Zelador I"
 572 "Barbeiros, Cabeleleiros I"
 441 "Pintores e Caladores I"
 453 "Ferreiro I"

14) Servicos Gerais II (c/ carteira assinada)

185 "Vigia II" 207 "Com. marc e/ esp"
 352 "Copeiros e Garcons II"
 531 "Porteiro, Zelador II"
 570 "Barbeiro, Cabeleleiro II"
 583 "Guardadores de Automoveis"
 434 "Pintores e Caladores II"
 451 "Ferreiro II"

15) Servicos Domesticos I (c/ carteira assinada)

533 "Coxinheiro I"
 543 "Camarheiros e domesticos I"
 555 "Faxineiro, Lixeiro I"
 561 "Lavadeira, Passadeira I"
 792 "Costureiro, Camiseiro I"

16) Servicos Domesticos II (s/ carteira assinada)

- 540 "Camareiros, domesticos II"
- 551 "Cozinheiro II"
- 552 "Faxineiro e Lixeiro II"
- 550 "Lavadeira e passadeira II"
- 791 "Costureiro, Camiseiro II"

17) Mai Definidos

- 79 "Out Esp. Medicina" 198 "Estagiarios"
- 199 "Out Cien Sociais" 709 "Out Mestr e Tec"
- 891 "Out op n/ especific."
- 989 "Out ocup Ind Transf."
- 990 "Out ocup n/ definidas"
- 792 "Costureiro, Camiseiro I"

Outras Ocupacoes Nao Definidas

- 32, 34, 35, 40, 76, 73, 75, 77, 85, 88, 122, 131, 137,
- 140, 147, 148, 170, 172, 188, 188, 190, 193, 201, 208,
- 212, 219, 229, 303, 303, 308, 310, 313, 322, 324, 329,
- 330, 339, 340, 367, 389, 390, 396, 400, 402, 424, 430,
- 450, 454, 455, 457, 458, 459, 461, 482, 483, 485, 493,
- 504, 505, 510, 511, 513, 515, 520, 522, 525, 527, 530,
- 537, 539, 542, 544, 548, 549, 550, 553, 554, 557, 558,
- 559, 561, 569, 571, 577, 580, 588, 594, 595, 632, 650,
- 653, 660, 662, 671, 679, 695, 741, 750, 766, 769, 770,
- 790, 830, 853, 866, 870, 877, 881, 885, 910, 911, 912,
- 923, 926, 930, 932, 935, 938, 940, 960, 965, 980, 988,
- 991, 992, 993, 994, 995, 998.